MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

FUNDAÇÃO IBGE

Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento

Centro Brasileiro de Estatísticas Educacionais

GLOSSÁRIO TÉCNICO
DE TERMOS
ESTATÍSTICO-EDUCACIONAIS

Documento Preliminar nº 2

VOL. II

1973

Rio de Janeiro

GLOSSÁRIO

ENSINO SUPLETIVO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 24)

- 2 - Os cursos serão ministrados sob forma sistemática, com acompanhamento direto do aluno, ou assistemáticamente pelo emprêgo de correspondência, rádio, televisão...
Os exames ou aferições far-se-ão no processo, como no Ensino Regular, ou fora do processo e sem observância da sequência de graus, na Suplência.
(Chagas , Valnir (Relator) - Parecer nº 699/72, de 6/7/72 - Ensino Supletivo - Em Suma e em conclusão - Conselho Federal de Educação)

- 3 - O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será administrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.
(Lei nº 4 024, de 20/12/61, art. 27)

- 4 - La educación de adultos está dirigida principalmente a las personas que han sobrepasado los límites de la edad escolar y que no han tenido oportunidad de recibir educación formal o que no llegaron a completar sus estudios.
(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC., 1967, pág.121)

- 5 - A finalidade do ensino supletivo é não só erradicar o analfabetismo próprio de parte da população adulta, - como também proporcionar o ensino primário às crianças que, com 10 ou mais anos, não tiveram oportunidade ou possibilidade de escolarização.

(MPCE - EPEA - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Diagnóstico Preliminar - Desenvolvimento Social - Educação (II) - Rio de Janeiro, 1966 , pág. 93)

- 6 - Com efeito: do Ensino regular, que interrompeu ou não chegou a seguir, o aluno passará ao supletivo para recuperar os estudos não realizados; daí, se aprovado nos exames, reingressará no regular que imaginamos, para exemplificar, chegue desta vez a concluir; e em seguida voltará repetidas vezes ao supletivo para cursos mais ou menos rápidos de atualização ou aperfeiçoamento. -

Chagas, Valnir (Relator) - Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 66 600, de 20/5/70.

(Ministério da Educação e Cultura - Ensino de 1º e 2º Graus (atualização e expansão) - Brasília, 1970, pág. 40)

CONCEITO PROPOSTO:

É o ensino sistemático ou assistemático, destinado a adolescentes e adultos que não receberam ou não completaram, na idade própria, a educação ministrada no ensino regular do 1º ou do 2º graus; ou que, mesmo tendo recebido aquela educação regular completa, necessitem fazer estudos de atualização ou aperfeiçoamento de conhecimentos.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EVADIDO₁ (aluno)

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Alumnos que abandonaron la escuela. Son los alumnos que antes de terminar el año escolar, dejaron de asistir a la escuela.

Causa del abandono. Es el motivo por el cual el alumno abandona la escuela. Un alumno puede abandonar la escuela por diferentes causas: a. Enfermedad b. Trabajo c. Otras causas Se supone que los alumnos que se alejan de la escuela por enfermedad, trabajo y otras causas, no continúan sus estudios por el resto del año escolar, pero por ello no es posible presumir si el alejamiento de las escuelas será definitivo o se incorporará a la enseñanza de los próximos años lectivos. Tal investigación escapa al alcance de la estadística escolar continua, puesto que no siempre será posible conocer en el momento de su alejamiento de una escuela, cuál de las dos posibilidades seguirá el niño.

(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC., 1967, págs. 58 e 59)

- 2 - Esses "ausentes" são distintos dos desertores porque para desertar é preciso ter havido uma matrícula anterior, e os "ausentes" não se matriculam.

.....
- A deserção só ocorre durante o primeiro ano primário e nas séries subsequentes.

.....
- Nem todos os reprovados são repetentes, porque parte importante dos reprovados deserta entre o fim de um ano escolar e o início do outro e nem todos os repe-

tentes são reprovados, porque os desertores imediatos (que abandonam as classes entre o início e o fim do ano) são parte dos repetentes do ano seguinte. - Torfs, Jacques - Matemáticas do Planejamento Educacional. (MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 48(108), out/dez 1967, pág. 239)

OBSERVAÇÃO: Ver também EVASÃO ESCOLAR

CONCEITO PROPOSTO:

Diz-se do aluno que abandona o curso ou ciclo de estudos que vinha realizando em algum estabelecimento de ensino, antes do término do período letivo durante o qual deveria frequentá-lo; salvo no caso de haver solicitado transferência para outro estabelecimento de ensino.

O mesmo que DESERTOR₁

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

EVADIDO₂ (aluno)

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver EVADIDO₁ (aluno) e EVASÃO ESCOLAR

CONCEITO PROPOSTO:

Diz-se do aluno que, tendo frequentado regularmente algum curso ou ciclo de estudos de um estabelecimento de ensino, durante todo um período letivo, não renova sua matrícula, a fim de o frequentar no período letivo seguinte; salvo nos casos de haver solicitado transferência para outro estabelecimento de ensino, ou de ter concluído os estudos correspondentes.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EVASÃO AO LONGO DO CURSO

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver EVASÃO ESCOLAR e EVADIDO₁ (aluno)

CONCEITO PROPOSTO:

É a evasão escolar que se processa entre a etapa inicial e a etapa final de realização de um curso.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EVASÃO ESCOLAR

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - No ensino primário, os indicadores de tais problemas são: a) os elevados índices de reprovações, que atingem 41,4% do total da matrícula geral; b) a deserção imediata que corresponde a 14% da matrícula geral; c) a deserção ao longo do curso, que é assustadora, pois de cada 100 alunos que ingressam na 1ª série primária, apenas 18 chegam à 4ª série. As causas desses fenômenos, que ocasionam baixa produtividade para o sistema, são bem definidas qualitativamente, não existindo, porém, estudos sobre sua expressão quantitativa. Esses fatores podem ser grupados em dois sistemas principais: a) Endógenos ao Sistema Educacional: a qualificação...; b) Exógenos ao Sistema Escolar: características

A deserção imediata já foi quantificada, para o nível primário, na parte I. O Quadro I-12 mostra a relação, por séries, entre matrícula geral e efetiva, permitindo observar que a deserção imediata é bastante mais pronunciada nas séries iniciais do curso; os Quadros I-13 e I-14 mostram as matrículas geral e efetiva, por séries, nas várias Unidades da Federação em 1962.

É interessante notar que a deserção imediata se mantém elevada no decorrer de todas as séries do curso primário, o que não ocorre com a deserção mediata, entre uma série e outra - a qual, como se mostrará adiante, é sobretudo intensa entre as 1ª e 2ª séries.

(MPCE - Escritório de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (EPEA) - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Diagnóstico Preliminar - Desenvolvimento Social - Educação (II) - Setembro de 1966, pág. 79)

- A ação conjunta da deserção imediata, da reprovação e da deserção mediata traduz-se pela perda maciça nos efetivos discentes ao longo do curso e pela obtenção de

uma percentagem reduzida de conclusões de curso. Na turma de 1^a série em 1958, por exemplo, existiam 3 703 mil alunos, reduzidos, na 2^a série, em 1959, a 1 523 mil; na 3^a série, em 1960, o grupo se reduziu a 1 129 mil; na 4^a série, era de apenas 753 mil, dos quais 514 mil concluíram o curso.
A primeira observação, já feita, é que a deserção imediata mantém-se elevadíssima e constante em todas as séries; a segunda, de grande significação, é que a deserção mediata praticamente só existe entre as 1^a e 2^a séries, caindo violentamente a seguir.

(Idem, pág. 85)

- (1) Deserção Imediata: Diferença entre a matrícula inicial e a final da série no mesmo ano.

(2) Deserção Mediata: Diferença entre a matrícula inicial virtual e a matrícula inicial real da série no mesmo ano - (corresponde ao período entre o fim de um e o início de outro ano letivo).

(Idem, pág. 87)

- Não há informações sobre reprovações no ensino médio, o que invalida um estudo mais profundo da deserção real, aí verificada.

(Idem, pág. 113)

- A deserção imediata tem sido pequena, especialmente se for lembrada a circunstância de que vários vestibulandos prestam exames de habilitação em mais de um estabelecimento superior e, quando logram aprovação múltipla em seus concursos, têm que optar por esta ou aquela faculdade, aumentando artificialmente a evasão imediata dentro da 1^a série que, aliás, a registra de maneira mais intensa.

(Idem, pág. 160)

- 2 - Evasão e reprovação - Nas condições expostas, não são de surpreender a acentuada evasão escolar e o baixo rendimento do ensino.

Dados estatísticos relativos a 1962 revelam que 14% dos alunos abandonam a escola no decorrer do ano letivo, e, dos que permanecem, 34% são reprovados, representando ambas as ocorrências, em conjunto, perda de 43% do rendimento escolar calculado em relação à matrícula geral.

(Pasquale, Carlos - O Desenvolvimento do ensino primário e o plano nacional de educação - MEC-INEP - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" - Série I - Estudos e Documento - V.4. São Paulo, 1966, pág. 34)

- 3 - A ação desses fatores teria de refletir-se, como efetivamente se reflete, em retardamento e evasão dos alunos.

(Silva, Geraldo Bastos - Introdução à crítica do ensino secundário - MEC - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) - Rio de Janeiro, 1959, pág. 34)

- A evasão e o retardamento, no ensino secundário brasileiro, se manifestam desde a série inicial.

(Idem, pág. 35)

- Mas esse desajustamento não é um fato novo, como revelam a média das porcentagens de eliminação série a série, em todas as gerações estudadas e, sobretudo, as porcentagens da eliminação total em ambos os ciclos.

(Idem, pág. 36)

- Se fizéssemos a separação entre uns e os outros, os fenômenos da repetência e da eliminação propriamente dita, que chamaríamos então de evasão, apareceriam com seus

índices numéricos respectivos,
(Idem, pág. 45)

- 4 - O agudo problema da evasão escolar nas unidades de ensino do SENAC tem-se tornado um obstáculo fundamental à continuidade regular de suas atividades como instituição de Formação Profissional para o Comércio.

.....
Até agora, pelo que se vê, o problema da evasão escolar tem sido tratado, em suas causas e efeitos, na Escola Primária, o que se torna perfeitamente compreensível, em parte, pelo fato de ser na Escola Primária que a maioria da população ativa recebe o mínimo de conhecimentos para toda a vida.

(Araújo, Dalton Moreira de - A evasão escolar no SENAC de Pernambuco - SENAC - DN. Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais - 1964, pág. 7)

- Anísio Teixeira, abordando o assunto, em prefácio ao estudo de Moysés I. Kessel - "A Evasão Escolar no Ensino Primário" (editado pelo INEP), - dá como causa fundamental para a fuga à escola a "reprovação", dizendo ser esta razão "um dos motivos mais fortes da frustração dos alunos na sua iniciação escolar e, por certo, uma das mais fortes razões da evasão escolar".
(Idem, pág. 9)

CONCEITO PROPOSTO:

Fenômeno caracterizado pela ocorrência de elevado número de alunos evadidos, em algum sistema de ensino, durante um certo período.

O mesmo que DESERÇÃO ESCOLAR

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EVASÃO IMEDIATA

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver EVASÃO ESCOLAR e EVADIDO₁ (aluno)

CONCEITO PROPOSTO:

É a evasão escolar que se processa entre o início e o término de algum período letivo.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EVASÃO MEDIATA

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver EVASÃO ESCOLAR e EVADIDO₁ (aluno)

CONCEITO PROPOSTO:

É a evasão escolar que se processa entre o término de um período letivo e o início do período letivo seguinte.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

EXAME

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Os exames constarão de provas escritas e orais... - A prova escrita de Português terá caráter eliminatório. - Diretoria do Colégio Pedro II - Externato - Portaria nº 272, de 30/12/52, arts. 4º e 5º.
(Editora Brasil S/A - EBSA - Documentário do Ensino - São Paulo, Ano, nº 63, janeiro/1953, pág. 11)
- Terminado o exame de admissão, os candidatos serão classificados na ordem decrescente, pelos graus obtidos, para que, por essa classificação, se efetui a matrícula dentro do número de vagas existentes. - Idem, art. 10.
(Idem, mesma página)
- 2 - Em qualquer hipótese, não pode ser matriculado o candidato que apresente resultado nulo em qualquer exame ou prova destinado à habilitação ... - Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 116/64 - Habilitação e Classificação para ingresso nos cursos superiores. Nota mínima para habilitação e "numerus clausus" para classificação - Conclusão, item 3 - Conselho Federal de Educação.
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 63)

CONCEITO PROPOSTO:

É um conjunto de provas - visando um objetivo comum
- a que se podem submeter uma ou mais pessoas.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

EXAME DE ADMISSÃO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Os exames de admissão à primeira série do curso ginasial serão realizados durante o mês de fevereiro. - Diretoria do Colégio Pedro II - Externato - Portaria nº 272, de 30/12/52, art. 1º.
(Editora do Brasil S/A - EBSA - Documentário do Ensino - São Paulo, Ano VI, Nº 63, Janeiro/1953, pág.10)
- Os requerimentos de inscrição no concurso de admissão à 1ª série ginasial deverão ser realizados em fórmulas impressas. - Idem, art. 3º.
(Idem, pág. 11)
- Os exames constarão de provas escritas e orais... - A prova escrita de Português terá caráter eliminatório. - Idem, art. 4º e 5º.
(Idem, mesma página)
- Terminado o exame de admissão, os candidatos serão classificados na ordem decrescente, pelos graus obtidos, para que, por essa classificação, se efetue a matrícula dentro do número de vagas existentes. - Idem, art. 10.
(Idem, mesma página)
- 2 - O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária...
(lei nº 4 024, de 20/12/61, art. 36)

3 - a) a admissão ao ensino superior tornou-se menos simples. Os estudantes são submetidos a mais exames, devem atender a maiores exigências, passar por mais etapas... - Bowles
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 16)

- ... em outros países os estudantes devem se dispor a repetir seu exame de admissão várias vezes até logrem aprovação; - Idem.
(Idem, pág. 17)

- b) os padrões dos exames de admissão às Universidades estão subindo e se complicando, em muitos casos; - Idem.
(Idem, mesma página)

- O Instituto deve estudar e estabelecer métodos para obter informações inteiramente dignas de crédito sobre as aptidões escolares e o nível de conhecimentos dos candidatos à universidade... O aprimoramento do sistema de exames de admissão e a melhor orientação dos alunos... são os objetivos finais das atividades do Instituto.
(Idem, pág. 73)

- O quadro nº 8 é uma relação de Faculdades da Guanabara e de Niterói, com os respectivos tipos de provas e critérios adotados para seus exames de admissão.
(Idem, pág. 86)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer exame - em geral, de caráter competitivo - que se exija para o ingresso em algum curso ministrado por instituição de ensino.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

EXAME VESTIBULAR

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - ... como se farão os exames vestibulares aos cursos superiores na vigência da Lei de Diretrizes e Bases ...
- Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 58/62 - Concurso de habilitação aos Cursos Superiores - Conselho Federal Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior -Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 160)
- 2 - Entre êles escondem-se ainda dois outros sistemas disfarçados, o de preparo para o exame de admissão à escola média e do exame vestibular ao ensino superior , que fazem as vêzes da indispensável articulação. -Brasil - Relatório apresentado à Conferência sôbre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina - Santiago do Chile, março de 1962.
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC - INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V. 5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 20)
- 3 - No corpo e âmbito dêsse relatório se evidenciará como, até agora pelo menos, não se vem afigurando possível a solução do problema pela adaptação do "último ano do segundo ciclo ao exame vestibular visado pelo estudante!" - CAPES - Trabalho apresentado ao International Study on University Admissions, fevereiro de 1962.
(Idem, pág. 22)
- 4 - ... os exames psicotécnicos exigidos por ocasião dos exames vestibulares da Escola de Medicina e Cirurgia foram realizados pelo Centro de Psicologia Experimental de que sou dirigente e não pela própria Escola, como se veiculou.

- Correio da Manhã - Rio de Janeiro, 18/3/64: Vestibular da EMC.

(Idem, pág. 31)

5 - A Universidade Federal do Estado do Rio informou ontem que o Reitor Dioclécio Dantas está decidido a abrir quantos inquéritos forem necessários para apurar irregularidades nos exames vestibulares de Direito... - Jornal do Brasil - Rio de Janeiro, 1º/3/64: Dioclécio Investigará Pistolão no Estado do Rio.

(Idem, pág. 33)

CONCEITO PROPOSTO:

Denominação dada, às vezes, ao exame de admissão, previsto para o ingresso nos cursos de graduação ministrados pelas instituições de ensino superior.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

FREQUÊNCIA₁

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Ao aluno que se tenha inscrito em uma disciplina, somente serão atribuídos os "créditos" a ela correspondentes quando, ao fim do período, tenha alcançado a frequência mínima exigida e demonstrado efetivo aproveitamento. Os créditos atribuídos ao estudante nestas condições independem do nível do aproveitamento ser ótimo, bom ou suficiente. - Aragão, Raymundo Moniz de - Indicação nº 4/71, de 5/5/71 - Sistema de créditos e matrícula por disciplina (curso não seriado) - Conselho Federal de Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.486)
- A aprovação, condicionada à obtenção da frequência mínima exigida e a demonstração cabal de aproveitamento, é feita sempre por disciplina. O regimento estabelecerá normas à fixação da frequência mínima exigida e à verificação do aproveitamento.
(Idem, pág. 490)
- 2 - A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.
- Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade: a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade; b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento; c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com

frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 14 e § 3º)

- 3 - Na organização do ensino do grau médio serão observadas as seguintes normas:
 - Frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.
(Lei nº 4 024, de 20/12/61, art. 38 e alínea VI)
 - Será obrigatória, em cada estabelecimento, a frequência de professores e alunos, bem como a execução dos programas de ensino.
 - Será privado do direito de prestar exames o aluno que deixar de comparecer a um mínimo de aulas e exercícios previstos no regulamento;
(Idem, art. 73 e § 1º)
- 4 - Nos cursos de graduação, a verificação do rendimento escolar será feita por disciplinas abrangendo sempre, na forma dos Regimentos, os aspectos de assiduidade e eficiência nos estudos, ambos eliminatórios por si mesmos.
(Universidade Federal de Santa Maria - RS - Estatuto, art. 74)
 - A frequência é obrigatória, sendo vedado o abono de faltas.
 - Considerar-se-á reprovado o aluno que deixar de comparecer a um mínimo previsto em regimento, das atividades programadas para cada disciplina.

(Idem, art. 78 e parágrafo único)

CONCEITO PROPOSTO:

Número de aulas de uma determinada disciplina, área de estudos ou atividade - ministradas, durante certo período letivo, em um dado curso - a que compareceu um aluno nele matriculado, a fim de participar das atividades discentes programadas para as referidas aulas.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

FREQUÊNCIA₂

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Somente serão concedidas bolsas de estudo gratuitas no ensino de 1º grau quando não houver vaga em estabelecimento oficial que o aluno possa frequentar com assiduidade.

(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 46, Parágrafo único)

- As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades.

(Idem, art. 49)

- 2 - A escola não é apenas um local para aquisição de conhecimentos intelectuais. A frequência à escola representa a aquisição de hábitos, a socialização, a preparação para enfrentar novas situações, a capacidade de tomar resoluções, a possibilidade de adquirir novas técnicas, de praticar artes ou esportes. É, portanto, a frequência regular à escola, uma oportunidade de formação geral.

(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 128)

- 3 - IV - Registro da Frequência Diária e do Movimento Mensal - Apenas uma página é utilizada por mês. A parte da Frequência Diária é escriturada diariamente, e o Movimento Mensal somente no último dia letivo de cada mês. No quadro da Frequência Diária estão registrados

os 31 dias do mês. As linhas referentes aos domingos, feriados, dias santificados ou de faltas do professor e outros em que não houver aula, deverão ser inutilizadas com a anotação do motivo que determinou o não funcionamento da Escola. Na última linha deste quadro "Frequência Média" serão lançadas as médias do mês, isto é, a soma dos comparecimentos diários dividida pelo número de dias de funcionamento da escola no mês. O quadro do Movimento Mensal é de fácil preenchimento. Mantê-lo rigorosamente certo é dever do Professor, que assim terá, no fim do ano, dados exatos para o preenchimento do boletim de coleta estatística.

(MEC-SBEC - Registro Escolar - Mod. III-IV - Registro da Frequência Diária e do Movimento Escolar, pág. 5)

- 4 - a) a matrícula por sexos, idades, classes e anos do curso com a discriminação dos repetentes: 1) no começo do ano letivo; 2) no correr do ano letivo; 3) efetiva (deduzidas as matrículas canceladas) no fim do ano; b) a frequência, por sexos e por ano do curso, por meses e anual: 1) segundo o critério regulamentar a que obedecer cada sistema, o número dos alunos que forem considerados frequentes; 2) segundo a média dos comparecimentos durante o ano letivo, isto é, o quociente do número de comparecimentos ou presenças da totalidade dos alunos pelo número de dias letivos;
- (IBGE - Estatística e Educação - Coletânea de Pronunciamentos e Decisões do Conselho Nacional de Estatística oferecida e dedicada ao Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos - Rio de Janeiro - 1949, pág. 28)

CONCEITO PROPOSTO:

Número de dias letivos - limitados a um dado período

letivo - em que um aluno, matriculado em estabelecimento de ensino, a este compareceu, a fim de participar das atividades discentes do curso que estava seguindo.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

FUNÇÃO DOCENTE

Conceitos ou textos analisados:

1 - Acorde con la definición recomendada para "maestro" o "profesor" del Manual UNESCO de estadísticas de la educación, maestro de escuela primaria es una persona que se ocupa directamente de la instrucción de un grupo de alumnos en cualquiera de los grados de la educación primaria. No debería incluir-se entre los maestros a los directores de las escuelas, ni al personal de inspección, supervisión, etc., excepto cuando ejerza regularmente funciones de enseñanza.

(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC, 1967, pág. 45)

- Personal de las escuelas. Es el personal que presta servicios en las escuelas de educación media ejerciendo funciones docentes, administrativas y de cualquier otra clase. El personal a incluir en la presente tabulación corresponde a todas las escuelas del nivel indicado, es decir, tanto de enseñanza pública como las de enseñanza privada.

(Idem, pág. 81)

- Personal docente. Lo forman los "profesores de la enseñanza media" y es el personal que se ocupa directamente de la enseñanza. Por este motivo no debe incluirse en esta categoría a las personas que ocupan los cargos directivos de las escuelas, ni a los que realizan funciones de supervisión y de vigilancia, salvo en aquellos casos en que paralelamente a sus funciones específicas ejerzan también funciones docentes con carácter regular.

(Idem, mesma página)

- Personal docente sin dedicación exclusiva. Es el que además de la función docente que tiene asignada en la universidad o centro de estudios, realiza otra actividad pública o privada, aún en los casos en que esta actividad sea también docente y se desempeñe en otra universidad o en otro establecimiento de la educación superior o media. Este personal, a igual que el de dedicación exclusiva, puede clasificarse en dos categorías: a. Personal de tiempo completo b. Personal de tiempo parcial cuyas definiciones corresponden a las enunciadas en el item anterior.

(Idem, pág. 110)

- 2 - São requisitos indispensáveis ao professor para sua contratação pelo Colégio Brasileiro de Almeida: ...
2) Estar perfeitamente familiarizado com conhecimentos de Psicologia, especialmente no que concerne aos aspectos do Comportamento Humano. Sendo sua função a de ensinar - a ela está vinculada sua contribuição na formação da personalidade do aluno.

(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 220)

- 3 - Par contre le corps enseignant a une certaine spécificité; on peut cependant cumuler les fonctions de maitre primaire et de maitre de cours d'adultes. Telles qu'elles sont présentées, ces données ne renseignent donc pas sur le réseau de salles et de maitres qu'utilise le Brésil; ce sont des fonctions qui son dénombrées.

(Deblé, Isabelle - EXAMEN DE LA PUBLICATION STATISTIQUE "SITUAÇÃO CULTURAL" 1967, RÉALISÉE PAR LE SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, DU MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - 1968, págs. 4 e 5)

CONCEITO PROPOSTO:

É o conjunto de atribuições que caracterizam o ensino sistemático - de uma certa disciplina, área de estudos ou atividade - a ser ministrado a um determinado grupo de alunos, e que devem ser exercidas por profissional legalmente habilitado.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

GRAU ACADÊMICO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - O título de Mestre, peculiar às universidades americanas e britânicas, tem sua origem, como grau acadêmico, na Universidade Medieval. - Sucupira, Newton (Relator) - Parecer nº 977/65 - Definição dos cursos de pós-graduação - Conselho Federal de Educação (Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.192)
- A pós-graduação de que trata a alínea b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases é constituída pelo ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação e que visam a desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos cursos de graduações e conduzem à obtenção de grau acadêmico. - Idem. (Idem, pág. 201)
- Não há "diferença fundamental" entre os estudos feitos nos Institutos de Educação e os que se desenvolvam em estabelecimentos de ensino superior, Faculdades de Filosofia ou não. O curso é o mesmo: o de Pedagogia. Antes do art. 30 da Lei 5 540, de 28 de novembro de 1968, que fundamenta o Parecer 252/69, nele se proporcionavam duas habilitações: o bacharelado, que era a credencial do chamado "técnico de educação", e a licenciatura, que era o título do professor de ensino normal. Os institutos de educação limitavam-se a esta última. Hoje o título é um só - o de licenciado - e muitas são as habilitações possíveis, incluindo o "ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais", das quais o aluno poderá obter uma ou duas de cada vez. Claro está, como ficou expresso no parecer, que se respeitam as situações constituídas até 1969.

(Idem, pág. 317)

- Qual o diploma de licenciatura com o qual poderá o aluno ingressar na modalidade especial do curso de Pedagogia aberta privativamente a licenciados? - O de qualquer licenciatura. O parecer não estabelece distinção por não haver o que distinguir nem por que fazê-lo.

(Idem, pág. 342)

- Primeiramente, um estabelecimento de ensino superior, legalmente constituído, tem poderes para conferir títulos acadêmicos, ainda que não lhes sejam reconhecidos privilégios legais.

(Idem, pág. 406)

- 2 - Os cursos de graduação terão por finalidade habilitar à obtenção de graus acadêmicos ou que assegurem privilégios de exercício profissional.

(Universidade Federal de Santa Maria - Rio Grande do Sul - Estatuto, 21/12/970, art. 61)

- 3 - Acadêmico - estudante de uma universidade ou qualquer escola superior. Grau - título obtido em escola superior, ao completar-se o curso. Licenciado - que tem licenciatura - aquele que tem o grau universitário de professor de ensino secundário - em alguns países, aquele que tem o grau universitário entre o bacharel e o doutor.

(Ferreira, Aurélio Buarque de Hollanda - Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer grau - conferido a um concluinte de curso

regular, de nível superior - pertencente a uma das seguintes categorias: Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

HORA-AULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Nas páginas que se seguem, são apresentados 12 exemplos de currículos mínimos relativos a habilitações profissionais.

(Vasconcellos, José de (Relator) - Parecer nº 45/72, de 12/1/72 - A qualificação para o trabalho no ensino de 2º grau. O mínimo a ser exigido em cada habilitação - Conselho Federal de Educação)

- Os modelos foram constituídos levando-se em conta du-
rações em torno dos mínimos de 2 200 e 2 900 horas, em razão de ajustamentos horários indispensáveis.
(Idem)
- Em cada área de disciplinas relativa à matéria do núcleo comum está indicado, em uma quadrícula, o número de ho-
ras necessárias ao trabalho escolar efetivo, à vista do período total e da intensidade requerida pela ha-
bilitação profissional correspondente.
(Idem)
- Para exemplificar, vamos tomar a quadrícula correspon-
dente à área de Comunicação e Expressão, no primeiro
quadro, o de Técnico de Secretariado. Estão destina-
das 360 horas ao trabalho escolar. Dividindo-se 360
horas por 30, obtém-se o número de aulas a serem minis-
tradas por semana, 12.
(Idem)

NOTA: Vide exemplos de currículos mínimos que acom-
panham o referido Parecer.

- 2 - Duração de um curso é o tempo necessário à execução do currículo respectivo em ritmo que assegure aproveita -

mento satisfatório e possa, tanto quanto possível, ajustar-se às diferenças de meios, de escolas e de alunos.

(Ministro da Educação e Cultura - Portaria nº 159, de 14/6/65, art. 1º)

- Para atender ao disposto neste artigo, a duração de cada curso superior, dentre os que conferem privilégios para o exercício de profissões liberais, passa a ser fixada em horas-aula, com indicação de tempo útil e tempo total, de acordo com o quadro anexo à presente Portaria.

(Idem, parágrafo único)

- Tempo útil é o mínimo necessário para execução do currículo fixado para o curso.

(Idem, art. 2º)

- Não serão computadas para integralização do tempo útil as horas correspondentes a: a) provas e exames; b) estudos e exercícios de iniciativa individual; c) estágios supervisionados, no que exceda a um décimo do número de horas fixado para o curso; d) outras atividades que o estabelecimento, pelo órgão próprio de sua administração escolar, exclua expressamente do conceito de hora-aula; e) disciplinas em que o aluno seja reprovado.

(Idem, parágrafo único)

- Os regimentos escolares indicarão, por períodos letivos ou por semanas, as horas-aulas, correspondentes a cada disciplina, série, grupo de disciplinas ou ciclo de estudos.

(Idem, art. 6º)

3 - Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que a Faculdade entendeu que os alunos tenham ingressado no curso de Pedagogia, antes de 1969, estão sujeitos à carga horária pautada pela Portaria nº 159/66, do Ministério da Educação, que fixou para a licenciatura do curso de Pedagogia, o número mínimo de 2 700 horas de aula, tendo a Faculdade adotado o número de 2 760 - Abu-Merhy, Nair Fortes (Relatora) - Parecer nº 236/70, de 12/3/70 - Aprovação de currículo do curso de Pedagogia - Conselho Federal de Educação.

(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 401)

- Dessa forma, conviria que a Faculdade estipulasse, num plano, o número de horas dedicadas ao 1º ciclo; o número de horas dedicadas à parte comum e o número de horas destinadas à formação específica de cada campo.
(Idem, mesma página)

CONCEITO PROPOSTO:

Período unitário que corresponde, aproximadamente, a 50 minutos corridos, destinado a medir a duração dos trabalhos docentes e discentes efetivamente realizados no ensino e na aprendizagem de uma disciplina, área de estudos ou atividade; ou destinado, ainda, a fixar a duração total de um determinado curso ou ciclo de estudos.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

HORÁRIO-DE-AULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Horário - Tabela ou conjunto das horas determinadas para serviços, aulas, partida e chegada de trens etc. ; horário de trabalho.
(Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - São Paulo, 1968)

- 2 - Em resumo, a elaboração de um programa deverá considerar: a) amplitude determinada pelo Conselho Federal de Educação para o núcleo comum e para as habilitações profissionais; b) currículo pleno do Curso que se tem em vista: disciplinas, áreas de estudo, atividades e sua distribuição nas séries ou sua ordenação no curso se o regime não for seriado; c) número de períodos letivos em que irá ser distribuído; d) carga horária semanal e total de que se vai dispor;
(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 117)

- Neste caso especial a escola poderia programar aulas em horário noturno (3h) e, no mesmo dia, outras em horário diurno (1h), pela manhã (7h) - ou no meio da tarde (12,30h às 13,30h) se pretendesse possibilitar melhor oferta de horário a alunos que trabalham.
(Idem, pág. 118, rodapé)

- O problema não ficará, portanto, condicionado ao estudo em horário pela manhã, à tarde ou à noite. O aluno poderá estudar menos cada dia em maior número de dias ou vice-versa.
(Idem, pág. 119)

- 3 - 9. Horário - a) De cada disciplina escolar comum haverá quatro (4) horas semanais, divididas em duas etapas separadas por atividades práticas. b) As práticas educativas e Educação Física ocuparão dois dias da semana, preferencialmente quartas e sábados, a fim de dividir as atividades intelectuais puras em dois períodos iguais. ... d) O turno de iniciação profissional terá horário de acordo com as conveniências dos alunos, empresas e mestres.

(Lima, Lauro de Oliveira - A Escola Secundária Moderna - Rio de Janeiro, 1965, pág. 349)

- 4 - A Dra. Rezzano aplicou o sistema Decroly, na escola experimental da Escola Normal nº 5, de Buenos Aires, com o seguinte horário, cuja flexibilidade é visível: Segunda, Terça, Quarta, Quinta, Sexta, Sábado: 1a. hora - CÁLCULO; 2a. hora - Observação, experimentação, construção; 3a. hora - Leitura, redação, composição; 4a. hora - Exercícios físicos (T. man., Desenho e Canto), alternando durante a semana.

(Lourenço Filho - Introdução ao Estudo da Escola Nova - São Paulo, 1948, pág. 208)

- 5 - Tendo em vista que o Horário de Aulas foi baixado por Portaria do Senhor Diretor, comunico a V. Sa., de ordem do Senhor Coordenador de Ensino Superior, que qualquer mudança de horário deve ser solicitada por escrito e dependerá de aprovação do Senhor Diretor.

(Escola Nacional de Ciências Estatísticas - Seção de Ensino Superior - Circular s/n, de 9/4/1973)

CONCEITO PROPOSTO:

Ordenação cronológica - abrangendo, normalmente, uma semana completa - dos tempos-de-aula das disciplinas, áreas de estudos e atividades ministradas em um dado curso.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

IDADE₁

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - The real score limits are not always fractional, however, if age is reckoned at the last (most recent) birthday, then persons who report themselves as being 44 years old (that is, not yet 45) lie within the interval 44.00 - 44.99 ... (almost, but not quite 45.00), whose midpoint is 44.5. If they report age to nearest birthday, the interval is 43.5 - 44.5, with a midpoint of 44. Similarly, if they report themselves "going on 44", the interval is 43.00 ..., with midpoint 43.5. There will be a difference of almost two years between the youngest possible "going on 44" person, who has just reached the age of 43, and the oldest possible "44 last birthday", respondent, who is almost 45. When we ask merely for "Age -", without specifying the reckoning system, we will not be able to interpret our results precisely!
(Glass, Gene V. - Stanley, Julian C. - Statistical Methods in Education and Psychology - Englewood Cliffs, 1970, pág. 29)

- 2 - Edad - La definición que corresponde a la edad del niño en el momento de ser matriculado en un grado de la escuela primaria, generalmente esta fijada por las reglamentaciones escolares de cada país. En algunos países, la definición coincide con la recomendada para los recuentos censales, y se interpreta como el número de años cumplidos por el niño a la fecha de ser matriculado. En otros países, la edad es la que corresponde al cumpleaños más cercano (el último cumpleaños o el próximo, según la fecha).
(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC, 1967, pág. 53)

CONCEITO PROPOSTO:

Número de anos, de um indivíduo, completados até alguma data de referência.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

IDADE
2

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - The real score limits are not always fractional, however, if age is reckoned at the last (most recent) birthday, then persons who report themselves as being 44 years old (that is, not yet 45) lie within the interval 44.00 - 44.99 ... (almost, but not quite 45.00), whose midpoint is 44.5. If they report age to nearest birthday, the interval is 43.5 - 44.5, with a midpoint of 44. Similarly, if they report themselves "going on 44", the interval is 43.00 - 43.99 ..., with midpoint 43.5. There will be a difference of almost two years between the youngest possible "going on 44" person, who has just reached the age of 43, and the oldest possible "44 last birthday" respondent, who is almost 45. When we ask merely for "Age - ", without specifying the reckoning system, we will not be able to interpret our results precisely.

(Glass, Gene V. - Stanley, Julian C. - Statistical Methods in Education and Psychology - Englewood Cliffs, 1970, pág. 29)

- 2 - Edad - La definición que corresponde a la edad del niño en el momento de ser matriculado en un grado de la escuela primaria, generalmente esta fijada por las reglamentaciones escolares de cada país. En algunos países, la definición coincide con la recomendada para los recuentos censales, y se interpreta como el número de años cumplidos por el niño a la fecha de ser matriculado. En otros países, la edad es la que corresponde al cumpleaños más cercano (el último cumpleaños o el próximo, según la fecha).

(O E A - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas Washington, DC 1967, pág. 53)

CONCEITO PROPOSTO:

Número de anos que um indivíduo deverá completar no decorrer do período entre uma data de referência e o mesmo dia do sexto mês subsequente àquele mencionado na data de referência; ou - quando o fato acima não possa ocorrer - número de anos já completados, pelo mesmo indivíduo, até a data de referência.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

INSCRIÇÃO EM DISCIPLINA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Atento à conveniência de assegurar aos termos de uso corrente na linguagem escolar, acepções claras e definidas, de forma a que se não se prestem a ambiguidades, creio ser vantajoso que se estabeleça uma distinção entre matrícula (a ser feita na instituição) e inscrição, que o aluno fará na(s) disciplina(s).

Realmente, o ingresso no estabelecimento de ensino (universidade, federação, escola isolada) é consequente à classificação do aluno em concurso vestibular feito para determinado curso, área de conhecimento ou mesmo para todas as áreas (caso do vestibular unificado) mas não para a(s) disciplina(s); e torna-se efetivo através da matrícula.

Ora, se a matrícula decorre do concurso vestibular, não deve ser feita na(s) disciplina(s) para as quais este último não foi feito, mas no estabelecimento (escola, federação ou universidade, qual seja o caso), formalizando apenas o ingresso do candidato no seu corpo discente. Este mesmo raciocínio conduz a que se recomende a "matrícula central", isto é, processada em um mesmo e único órgão, para todos os cursos da instituição.

Após a matrícula - que lhe assegura os direitos de membro do alunado da instituição - é que o estudante, nos limites das disposições regimentais, exercerá seu direito de opção, inscrevendo-se na(s) disciplina(s).

Como, por vezes, a aquisição dos conhecimentos inerentes a determinada disciplina ou atividade depende de já possuir o estudante outros adquiridos em disciplina diversa, ter ele cursado, com aproveitamento, esta última constitui-se em exigência lógica e condição sine qua non, para que possa incluir a primeira em

seu plano de estudos e nela inscrever-se. Vale dizer, constitui-se em pré-requisito (condição a ser satisfeita previamente) à inscrição na primeira, e em restrição a ser imposta ao estudante, por necessidade de ordenação e concatenação lógica dos seus estudos, ao exercício do direito de escolha das disciplinas que comporão o seu programa de trabalho escolar, do período. - Aragão, Raymundo Moniz de - Indicação nº 4/71, de 5/5/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (Curso seriado) - Conselho Federal de Educação.

(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 488)

- Ao aluno matriculado é permitido estabelecer o seu plano de estudos para cada período, com aconselhamento de um membro do corpo docente que não importa na supressão da iniciativa do estudante.
- O plano de estudos referido no item anterior comportará a inscrição em certo número de disciplinas, respeitados os pré-requisitos e os limites mínimo e máximo de créditos a obter pelo estudante no período, na forma que disponha o regimento.
- O aluno poderá desistir da inscrição em uma ou mais disciplinas,
- O aluno poderá solicitar o trancamento da matrícula a qualquer tempo salvo no último terço do período letivo.
(Idem, pág. 490)

CONCEITO PROPOSTO:

Ato pelo qual um aluno matriculado assume as obriga -

ções e adquire os direitos, referentes ao estudo e à
aprendizagem de uma dada disciplina.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

LABORATÓRIO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Um laboratório de ciências, por exemplo, é desenhado especificamente para aquêle tipo de aula, sem tomar - se em consideração a possibilidade da sala de ciências ser usada para aulas de história ou desenho. - Schultz, Caiubi C. - Idéias, Sugestões e Conceitos em Arquitetura Escolar
(MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - XLVI(104), out/dez 1966, pág.309)
 - 2 - De outro lado, os trabalhos escolares, inclusive a pesquisa, assumem, cada dia, maior importância, induzindo a imprescindibilidade da presença do aluno na escola (classe, laboratório, biblioteca ou outro setor de estudo). - Kelly, Celso (Relator) - Parecer nº 495/69, de 10/7/69 - Falta de Frequência por Doença (Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 285)
 - 3 - Os projetos de construção de escolas deverão prever sua ampliação, sem prejuízo dos laboratórios e oficinas, até atingir o módulo de 400 alunos por turno.
(Conselho Estadual de Educação - Rio Grande do Sul - Plano Estadual de Educação - Pôrto Alegre, 1968, pág. 32)
- É necessário que os prédios existentes, ou em construção, sejam rigorosamente adequados às finalidades da escola, e para tanto, a área construída - salas, oficinas e laboratórios - deverá estar de acôrdo com os cursos e matrículas programadas para os próximos 5 a 10 anos.
- O programa dos laboratórios, o reequipamento das oficinas e seu dimensionamento devem ser orientados por

uma política racional, que leve em conta o número de vagas, o tempo de permanência do aluno na escola, a natureza dos cursos técnicos e a existência de projetos específicos do trabalho.

(Idem, pág. 164)

- 4 - Sob o título "laboratórios" serão escritas as características do laboratório de física, do laboratório de química ou do laboratório de física e química (caso a escola possua apenas um laboratório para física e química, ou um laboratório para ciências). Caso a escola possua diversos laboratórios ou muitas oficinas da mesma especialidade, as informações deverão aparecer no espaço destinado à "Área", indicando o número de unidades e a superfície total das unidades. Por exemplo: se a escola tem 2 laboratórios de física de 40 m² cada um, colocar-se-á no espaço correspondente 2/80 (o dois representa o número de laboratórios e o 80 a soma das superfícies dos dois laboratórios). No espaço reservado ao item "capacidade", será colocada a capacidade total das unidades registradas, isto é, a soma do número máximo de alunos que cada unidade registrada no item "área" comporta.

(MPCG-IPEA-IPLAN - Centro Nacional de Recursos Humanos - Documento IPLAN nº 1 - Carta Escolar - V.I - Ensino do 1º Grau - Rio de Janeiro, 1971, pág. 36)

- O quadro D 3/5, com o quadro D 2/5, relativo às salas de aula, permitem traduzir, em termos de laboratórios e oficinas, a matrícula prevista no quadro D 1/5. A solução é semelhante, exceto que, à noção de "turnos" e de "turmas" virá se juntar o desdobramento de cada turma, no que se refere ao trabalho das oficinas e, eventualmente, dos laboratórios. O MEC, no documento "Fundamentação teórica do ginásio polivalente" prevê por sala de aula, 40 alunos que, nas oficinas, constitui-

rão grupos de 20. Outras divisões são possíveis, levando-se em conta o número de alunos da turma e a capacidade das oficinas e laboratórios. ... No que diz respeito às oficinas, é preciso conhecer as modalidades ministradas, a fim de que se possa prever o equipamento necessário. Pela mesma razão, deverá ser conhecida a natureza das atividades dos laboratórios.
(Idem, pág. 68)

- 5 - A Faculdade dispõe de uma área de 250 m², onde estão localizados os laboratórios de ciências, excelente - mente instalados. Dispõe de seis salas amplas e bem localizadas. A área ocupada é perfeitamente suficiente para o número de alunos, atualmente 40, que frequentam o curso.

(Martins Filho, Antonio - Parecer nº 585/71, de 18/8/71 - Conselho Federal de Educação)

- 6 - A Comissão verificadora assim se refere às condições do prédio: É de construção sólida, bem arejada, com 9 salas de aula, mais uma especializada, em que funciona o laboratório de Ciências Físicas e Biológicas, e auditório. ... O laboratório é provido de bancas próprias aos trabalhos, com material de experimentação e instrumentos constantes da relação de imóveis, com suas características (anexa).

(Padilha, Tarcísio Meirelles - Parecer nº 644/71, de 20/8/71 - Conselho Federal de Educação)

CONCEITO PROPOSTO:

É um recinto de aula, com área perfeitamente delimitada por paredes ou divisões laterais, construído ou adaptado para servir, em caráter permanente e preponderante, ao ensino e à aprendizagem em um ou mais níveis, e cujas instalações e equipamentos didáticos destinam-

se, primordialmente, ao desenvolvimento de aulas experimentais.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

MATÉRIA DE ENSINO

Conceitos ou textos malisados:

- 1 - As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 5º)

- 2 - Para atender ao disposto neste artigo, observar-se-á o seguinte: 1. Os conteúdos curriculares mínimos serão apresentados sob a forma de matérias, não de cadeiras ou disciplinas, com o sentido de matéria-prima a ser retrabalhada em cada plano particular ... 4. Não se incluirão entre as obrigatórias matérias que já representem desdobramento mais elaborado do campo de estudos considerado e, por esta razão, possa ou deva ser cultivada em fase mais avançada, notadamente em Pós-graduação. - Salgado, Clóvis e outros - Indicação nº 8/68, de 4/6/68 - Normas para reexame de currículos mínimos e duração de cursos superiores - Conselho Federal de Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.466)

- 3 - Na organização dos cursos deverá ser mantida a nomenclatura do currículo mínimo, admitindo-se, no entanto, que a denominação geral de uma matéria venha a ser explicitada em disciplina. - Sucupira, Newton (Relator) - Parecer nº 85/70, de 2/2/70 - Normas sobre a aplicação dos novos currículos mínimos - Conselho Federal de Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.386)

- Aos estabelecimentos é lícito desdobrar as matérias do currículo mínimo em disciplinas anuais ou semestrais ou, ainda, em períodos letivos especiais a serem definidos no regimento. - Idem.
(Idem, pág. 387)

4 - As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios, deverão conjugar-se entre si e com outras que lhes acrescentem para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento.

(Resolução nº 8, de 1º/12/71 - Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e a amplitude - Conselho Federal de Educação, art. 2º)

- Além dos conhecimentos, experiências e habilidades inerentes às matérias fixadas, observado o disposto no artigo anterior, o seu ensino visará: a) em Comunicação e Expressão, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contacto coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa como expressão da Cultura Brasileira; b) nos Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento; c) nas Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações.

(Idem, art. 3º)

5 - Significa isto que "matéria" é todo campo de conhecimentos fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação, e em alguns casos acrescentado pela escola, antes de sua reapresentação, nos currículos plenos, sob

a forma "didaticamente assimilável" de atividades, áreas de estudo ou disciplinas (art. 5º Caput)

(Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 853/71, de 12/11/71 - Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º a 2º graus. A doutrina do currículo na Lei nº 5 692 - Conselho Federal de Educação)

- Apesar de que "o Saber é um só", a ponto de já constituir sedição lugar-comum a afirmação de que a sua compartimentagem tem sempre um efeito mutilador, a ninguém ocorreria apresentar um núcleo curricular sob o título único, por exemplo, de "Conhecimento". A solução contrária, igualmente inaceitável, é a que se tende a seguir com frequência, fixando matérias já tão restritas, por uma divisão mais ou menos arbitrária, que se torna impossível na prática e sua reinclusão no conjunto.

Daí a idéia de grandes linhas a partir das quais, já que nos compete formular apenas um mínimo, possamos chegar ao destaque de partes sem retirá-las funcionalmente do seu todo natural.

(Idem)

- 6 - A "matéria" assim definida, passa a ser compreendida como indicativo de determinada ordem de conhecimento a ser explorada pela escola através de disciplinas, áreas de estudo e atividades que dela possam ser "extraídas".

(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 92)

- 7 - A "Disciplina", considerada subdivisão de uma ciência ou ramo do Conhecimento, do ponto-de-vista didático, corresponde a diversificação da "Matéria de ensino", com apresentação de conteúdo programático.

As "Disciplinas" compreendem subunidades didáticas, sendo a unidade a "Matéria de Ensino". Exemplo: Anatomia (mat.ens.), Anatomia topográfica (disc.), Anatomia descritiva (disc.), Neuranotomia (disc.).

(Campos, M.A.Pourchet - A Reforma da Universidade Brasileira e Seus Reflexos sôbre a integração do ensino das Profissões da Saúde MPCG-IPEA - Centro Nacional de Recursos Humanos - fevereiro/1969, pág. 16)

CONCEITO PROPOSTO:

Conjunto sistematizado de conhecimentos e experiências - integrados no campo de uma ciência, arte ou técnica; ou com este campo relacionados - suscetível de ser desdobrado em disciplinas dos currículos plenos dos cursos superiores; ou suscetível de ser desdobrado em disciplinas, áreas de estudo ou atividades dos currículos plenos dos cursos de 1º e de 2º graus.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

MATRÍCULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Atento à conveniência de assegurar aos termos de uso corrente na linguagem escolar, acepções claras e definidas, de forma a que se não se prestem a ambiguidades, creio ser vantajoso que se estabeleça uma distinção entre matrícula (a ser feita na instituição) e inscrição, que o aluno fará na(s) disciplina(s).

Realmente, o ingresso no estabelecimento de ensino (universidade, federação, escola isolada) é conseqüente a classificação do aluno em concurso vestibular feito para determinado curso, área de conhecimento ou mesmo para todas as áreas (caso do vestibular unificado) mas não para a(s) disciplina(s); e torna-se efetivo através da matrícula.

Ora, se a matrícula decorre do concurso vestibular, não deve ser feita na(s) disciplina(s) para as quais este último não foi feito, mas no estabelecimento (escola, federação ou universidade, qual seja o caso), formalizando apenas o ingresso do candidato no seu corpo discente. Este mesmo raciocínio conduz a que se recomende a "matrícula central", isto é, processada em um mesmo e único órgão, para todos os cursos da instituição.

Após a matrícula - que lhe assegura os direitos de membro do alunado da instituição - é que o estudante, nos limites das disposições regimentais, exercerá seu direito de opção, inscrevendo-se na(s) disciplina(s).

Como, por vezes, a aquisição dos conhecimentos inerentes a determinada disciplina ou atividade depende de já possuir o estudante outros adquiridos em disciplina diversa, ter ele cursado, com aproveitamento, esta última constitui-se em exigência lógica e condição sine qua non, para que possa incluir a primeira em seu plano de estudos e nela inscrever-se. Vale dizer,

constitui-se em pré-requisito (condição a ser satisfeita previamente) à inscrição na primeira, e em restrição a ser imposta ao estudante, por necessidade de ordenação e concatenação lógica dos seus estudos, ao exercício do direito de escolha das disciplinas que compõem o seu programa de trabalho escolar, do período. - Aragão, Raymundo Moniz de - Indicação nº 4/71, de 5/5/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso seriado) - Conselho Federal de Educação. (Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.488)

5. Ao aluno matriculado é permitido estabelecer o seu plano de estudos para cada período, com aconselhamento de um membro do corpo docente que não importa na supressão da iniciativa do estudante.

6. O plano de estudos referido no item anterior com - portará a inscrição em certo número de disciplinas, respeitados os pré-requisitos e os limites mínimo e máximo de créditos a obter pelo estudante no período, na forma que disponha o regimento.

7. O aluno poderá desistir da inscrição em uma ou mais disciplinas, ...

8. O aluno poderá solicitar o trancamento da matrícula a qualquer tempo salvo no último terço do período letivo. - Idem.

(Idem, pág. 490)

- 2 - O Regimento dos estabelecimentos isolados de ensino superior disporá sobre o número de vagas abertas à matrícula na primeira das séries do curso, ou de cada um dos cursos, ou modalidades no caso de existir mais de um. (Conselho Federal de Educação - Portaria nº 4/70 , de 27/5/70, art. 1º)

- No caso de existir primeiro ciclo ou tronco comum, além de ser definido o número de vagas abertas à matrícula inicial, discriminar-se-ão as vagas de cada ramificação.

(Idem, parágrafo único)

- 3 - Os processos relativos a redução de vagas nas escolas superiores do país serão, depois de devidamente instruídos pelo Departamento de Assuntos Universitários, encaminhados ao Conselho Federal de Educação, contendo as seguintes informações:

(Conselho Federal de Educação - Portaria nº 6/71, de 1º/3/71, art. 1º)

- Número de matrículas, por série nos últimos seis anos no curso para o qual a redução é requerida, com indicação, no caso da 1ª série, do número de vagas aos vestibulandos no mesmo período;

(Idem, item 2)

- 4 - Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, em 1969

(Decreto-lei nº 405, de 31/12/69, ementa)

- 5 - Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior

(Decreto-lei nº 574, de 8/5/69, ementa)

- As instituições de ensino superior não poderão reduzir, em qualquer ano letivo, o número de matrículas considerado na primeira série de seus cursos, no ano letivo anterior.

(Idem, art. 1º)

- Em casos excepcionais, devidamente justificados, a redução poderá ser autorizada pelo Conselho Federal de

Educação, antes do início do ano letivo.

(Idem, parágrafo único)

- A extensão de cursos, para ampliação de matrículas, de que trata o § 3º do artigo 4º do Decreto-lei nº 405 , de 31 de dezembro de 1968, poderá ser reconhecida como instituição autônoma de ensino, desde que satisfaça, para isso, as exigências previstas em lei.

(Idem, art. 2º)

CONCEITO PROPOSTO:

É o ato - renovável ao fim de um certo período - pelo qual um aluno ingressa, permanece ou reingressa no corpo discente de um estabelecimento de ensino, ficando sujeito às obrigações e adquirindo os direitos - previstos no regimento interno dessa instituição - que regulam as atividades discentes de um determinado curso.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

MATRÍCULA CONDICIONAL₁

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - É permitida a matrícula condicional em uma série quando o aluno depende de aprovação apenas em uma disciplina da série anterior.
(U.B. - Faculdade Nacional de Filosofia - Regimento , 1946, art. 43)
- 2 - Somente depois de aprovado, em primeira época, na disciplina de que depende, poderá o aluno fazer a prova terminal das que compõem a série em que estiver matriculado condicionalmente.
(Idem, parágrafo único)
- 3 - A admissão, ou não, de dependência, como faculdade ou como direito, em uma, duas ou mais disciplinas; ...
(Kelly, Celso (Relator) - Parecer nº 328/69 - O regime didático é instituído pelo Regimento - Conselho Federal de Educação)
- 4 - O regimento escolar poderá admitir, que no regime seriado, a partir da 7ª série, o aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades de série anterior, desde que pre servada a seqüencia do currículo.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 15)

CONCEITO PROPOSTO:

É a modalidade de matrícula, adotada nos cursos em regime seriado, segundo a qual é facultado, a um aluno, prosseguir seus estudos em alguma série de tal curso, sem que haja cumprido os requisitos mínimos de aprovação em uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades, da série anterior; sob a condição de vira cumprir tais requisitos no decorrer do período letivo

em que deverá cursar a série na qual se matriculou.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

MATRÍCULA EFETIVA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Matrícula efetiva. Es la matrícula total menos los alumnos que han sido dados de baja.
(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC - 1967, pág. 61)

- 2 - O Quadro I-12 mostra a relação, por séries, entre matrícula geral e efetiva, permitindo observar que a deserção imediata é bastante mais pronunciada nas séries iniciais do curso; os Quadros I-13 e I-14 mostram as matrículas geral e efetiva, por séries, nas várias Unidades da Federação em 1962.
(MPCE - Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Diagnóstico Preliminar - Desenvolvimento Social - Educação (II) - Setembro de 1966, pág. 80)

- O Quadro I-16 mostra, lado a lado, para as várias Unidades da Federação e segundo dependência administrativa, respectivamente as matrículas efetivas e aprovações no ensino primário comum em 1962. Depreende-se do quadro, de imediato, que o índice de reprovações é elevadíssimo nos estabelecimentos municipais, onde atinge a quase 50% das matrículas efetivas.
(Idem, pág. 83)

- 3 - iii) Matrícula final - a matrícula no final do ano é igual à matrícula no início do ano mais as matrículas efetuadas no correr do ano menos as transferências, desistências, etc. havidas no correr do ano. Para que se tenha a matrícula final, é necessário que todo novo matriculado (transferido) preencha a ficha para estatística e que, no final do ano, a Secretaria prepare uma relação nominal dos alunos habilitados a pres-

tar exames finais, discriminando a seguir as "baixas" ocorridas, segundo motivo (transferência, abandono, interrupções provisórias do curso, etc.). Após a realização dos exames, é emitida a relação dos aprovados por Curso e Série.

(Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras - Rio de Janeiro, 1967, pág. 230)

- 4 - Na estatística do movimento didático prôpriamente dito serão incluídas fundamentalmente as seguintes categorias de informações: ... c) da matrícula geral e efetiva ou real no encerramento do ano letivo ...

(IBGE - Estatística e Educação - Coletânea de Pronunciamentos e Decisões do Conselho Nacional de Estatística oferecida e dedicada ao Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos -, Rio de Janeiro, 1949, pág. 27)

- Em cada categoria de ensino geral pré-primário, e primário, e segundo as circunscrições territoriais, discriminadamente para o ensino federal, o estadual, o municipal e o particular: a) a matrícula por sexos, idades, classes e anos do curso com a discriminação dos repetentes ... 3) efetiva (deduzidas as matrículas canceladas) no fim do ano ...

(Idem, pág. 28)

CONCEITO PROPOSTO:

É o resultado que se obtém subtraindo, da matrícula total relativa a um certo período, o total de alunos que, no decorrer desse mesmo período, abandonaram o curso ou ciclo de estudos, ou tiveram suas matrículas trancadas ou canceladas, ou, ainda, se transferiram para outra instituição de ensino, antes de concluir

os estudos que vinham realizando no referido período.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

MATRÍCULA TOTAL

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Matrícula total. Es la que corresponde al total de inscritos en un año escolar. La matrícula total se obtiene sumando al total de alumnos que se inscribieron al comienzo del año escolar, los alumnos que se inscribieron después de haberse iniciado el año ... (OEA _ Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC., 1967, pág. 61)

- 2 - Matrícula final - a matrícula no final do ano é igual à matrícula no início do ano mais as matrículas efetuadas no correr do ano menos as transferências, de sistências, etc. havidas no correr do ano. Para que se tenha a matrícula final, é necessário que todo novo matriculado (transferido) preencha a ficha para estatística e que, no final do ano, a Secretaria prepare uma relação nominal dos alunos habilitados a prestar exames finais, discriminando a seguir as "baixas" ocorridas, segundo motivo (transferência, abandono, interrupções provisórias do curso, etc.). Após a realização dos exames, é emitida a relação dos aprovados por Curso e Série.
(Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras - Rio de Janeiro, 1967, pág. 230)

- 3 - Em cada categoria de ensino geral pré-primário, e segundo as circunscrições territoriais, discriminadamente para o ensino federal, o estadual, o municipal e o particular: a) a matrícula por sexos, idades, classes e anos do curso com a discriminação dos repetentes: 1) no começo do ano letivo; 2) no correr do ano letivo; 3) efetiva (deduzidas as matrículas canceladas) no fim

do ano ...

(IBGE - Estatística e Educação - Coletânea de Pronúncios e Decisões do Conselho Nacional de Estatística oferecida e dedicada ao Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos - Rio de Janeiro, 1967, pág. 28)

- 4 - Considere-se como tendo frequentado o ciclo básico, em 1972, todo aluno que participou, regularmente matriculado, das atividades discentes desse ciclo básico, em algum período letivo (completo ou incompleto) de 1972; ainda que sua matrícula tenha sido realizada em 1971.

Não se deve considerar como tendo frequentado o ciclo básico, em 1972, o aluno cuja matrícula, embora realizada em 1972, só começou a produzir seus efeitos legais em 1973.

(MEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Instruções para o preenchimento do questionário ES-02-1973)

CONCEITO PROPOSTO:

É o total de alunos - matriculados em algum curso ou ciclo de estudos ministrado por instituição de ensino - que, no decorrer do período tomado como referência para as matrículas, frequentaram regularmente o curso ou ciclo de estudos, ainda que não o tenham feito durante todo o período de referência.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

NÚCLEO COMUM (CURRÍCULO)

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Os currículos de ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 4º)

- O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

(Idem, § 1º, inciso I)

- As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

(Idem, art. 5º)

- 2 - Como se vê, a determinação dos conteúdos é feita em camadas que sucessivamente se acrescentam. A primeira é o núcleo-comum previsto no artigo 4º, caput e inciso I do § 1º, a ser fixado por este Conselho
.....
o núcleo configura o conteúdo mínimo abaixo do qual se terá por incompleta qualquer formação de 1º e 2º graus

...

(Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 853/71, de 12/11/71 - Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus. A doutrina do currículo na lei nº 5 692

- Núcleo-comum, Parte Diversificada)

CONCEITO PROPOSTO:

É a parte do currículo pleno de qualquer curso, do ensino de 1º grau - ou do ensino de 2º grau -, constituída pelas disciplinas, áreas de estudo e atividades de - finidas a partir das matérias obrigatórias em âmbito nacional, fixadas - para cada grau de ensino - pelo Conselho Federal de Educação.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

OFICINA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Para maior eficiência da educação de nível médio, o Programa Estratégico propõe estas linhas de ação: ... expansão dos programas de equipamento escolar, especialmente de salas-ambiente, oficinas para ginásios orientados para o trabalho e para os colégios industriais;
(Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - O Desafio Brasileiro e o Programa Estratégico - Rio de Janeiro, pág. 61)
- 2 - Os projetos de construção de escolas deverão prever sua ampliação, sem prejuízo dos laboratórios e oficinas, até atingir o módulo de 400 alunos por turno.
(Conselho Estadual de Educação - Rio Grande do Sul - Plano Estadual de Educação - Porto Alegre, 1967, pág. 32)
- 3 - O quadro D 3/5, com o quadro D 2/5, relativo às salas de aula, permitem traduzir, em termos de laboratórios e oficinas, a matrícula prevista no quadro D 1/5. A solução é semelhante, exceto que, à noção de "turnos" e de "turmas" virá se juntar o desdobramento de cada turma, no que se refere ao trabalho das oficinas e, eventualmente, dos laboratórios. O MEC, no documento "Fundamentação teórica do ginásio polivalente" prevê por sala de aula, 40 alunos que, nas oficinas, constituirão grupos de 20. Outras divisões são possíveis, levando-se em conta o número de alunos da turma e a capacidade das oficinas e laboratórios. ... No que diz respeito às oficinas, é preciso conhecer as modalidades ministradas, a fim de que se possa prever o equipamento necessário.

(MPCG-IPEA-IPLAN - Centro Nacional de Recursos Humanos
- Documento IPLAN nº 1 - Carta Escolar - V.I - Ensino
do 1º Grau, pág. 68)

- 4 - É necessário que os prédios existentes, ou em construção, sejam rigorosamente adequados às finalidades da escola, e, para tanto, a área construída, as salas, oficinas e laboratórios deverão ser construídos de acôrdo com os cursos e matrículas programados para os próximos anos (5 ou 10). A funcionalidade arquitetônica da obra deverá impor-se a outros critérios porventura existentes.

O programa dos laboratórios, o reequipamento das oficinas e seu dimensionamento devem ser orientados por uma política racional, que leve em conta o número de vagas, o tempo de permanência do aluno na escola, a natureza dos cursos técnicos e a existência de projetos específicos de trabalho.

(Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Tomo VI - Desenvolvimento Social - V.1(II) - Educação e Mão-de-Obra (versão Preliminar) - Rio de Janeiro, 1967, pág. 37)

CONCEITO PROPOSTO:

É um recinto de aula, com área perfeitamente delimitada por paredes ou divisões laterais, construído ou adaptado para servir, em caráter permanente e preponderante, ao ensino e à aprendizagem, em um ou mais níveis, e cujas instalações e equipamentos didáticos destinam-se, primordialmente, ao desenvolvimento de aulas práticas.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO

GLOSSÁRIO

PARTE DIVERSIFICADA (CURRÍCULO)

Conceitos ou textos analisados:

1 - Os currículos de ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 4º)

- Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

(Idem, § 1º inciso II)

- Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

(Idem, inciso III)

- As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

(Idem, art. 5º)

2 - A terceira camada já se caracteriza como parte diversificada. De uma de duas fontes, ou de ambas, ela poderá emanar: do Conselho de Educação de cada sistema de ensino, que relacionará matérias além das do núcleo-comum (art. 4º, § 1º, inciso II), e dos próprios estabelecimentos (art. 4º, § 1º, inciso III)

De qualquer forma, entretanto, o Conselho de Educação do sistema estará presente na composição da parte diversificada: diretamente, pelos componentes de sua lista que sejam adotados e, de maneira indireta, mediante a aprovação em nível regimental dos acréscimos feitos pelo estabelecimento.

(Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 853/71, de 12/11/71 - Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus. A doutrina do currículo na lei nº 5 692 - Núcleo-comum, Parte Diversificada)

CONCEITO PROPOSTO:

É a parte do currículo pleno de algum curso, do ensino de 1º ou de 2º graus, constituída pelas disciplinas, áreas de estudo e atividades definidas a partir da relação de matérias - destinadas a atender às peculiaridades locais, aos planos do estabelecimento de ensino e às diferenças individuais dos alunos - que tenha sido aprovada pelo competente Conselho de Educação; ou decorrentes dos acréscimos - autorizados pelo mesmo Conselho - introduzidos pelo estabelecimento de ensino que ministre tal curso.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

PERÍODO LETIVO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas: I - Duração mínima do período escolar: a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a provas e exames.
(Lei nº 4 024, de 20/12/1961, art. 38)
- 2 - O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluindo o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.
(Lei nº 5 692, de 11/8/1971, art. 11)
- Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.
(Idem, §2º)
- 3 - Entre os períodos letivos regulares conforme disponham os estatutos e regimentos, serão executados programas de ensino e pesquisa que assegurem o funcionamento contínuo das instituições de ensino superior.
(Lei nº 5 540, de 28/11/1968, art. 28, §2º)
- 4 - O ano letivo, compreendendo no mínimo 180 dias de trabalho escolar efetivo, deverá ser dividido em dois períodos regulares, podendo haver entretanto, um terceiro período, especial, que se adicione aqueles. - Aragão, Raymundo Moniz de - Indicação nº 4/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso não seriado) - Conselho Federal de Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legisla-

ção e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.489)

- 5 - Ano letivo - poderá organizar-se por períodos letivos (ano ou semestre letivos com 180 ou 90 dias) - excluídos períodos de provas finais.

(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 43)

- Partes do ano letivo. Podem ser organizados por semestres no ensino de 1º e 2º graus. Períodos especiais são os que vão de dezembro a março e o de julho, compreendidos entre períodos regulares. Note-se que os períodos são especiais mas o ensino será sempre regular.

(Idem, pag. 58)

- 6 - O período letivo terá duração mínima de 180 dias de Trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado a férias e exames finais.

(Pôrto, Vicente Sobrino - Parecer nº 683/71, de 16/9/71 - Conselho Federal de Educação)

- 7 - Quanto ao que foi disciplinado, em termos de organização e funcionamento, mencionamos de início os períodos letivos. Estes, em caráter regular, compreenderão o ano e o semestre de pelo menos 180 e 90 dias úteis, respectivamente (art. 10, caput), para efeito de programação dos estudos. A escola, entretanto, é obrigada a funcionar continuamente, salvo interrupções como as destinadas a férias coletivas e reparos de prédios e equipamentos.

(Chagas, Valnir (Relator) - Relatório do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 66.600, de 20/5/70)

CONCEITO PROPOSTO:

É um período descontínuo, com duração mínima fixada em lei, que abrange apenas os dias de trabalho escolar efetivo de um determinado curso, isto é, que não inclui o tempo destinado a descanso ou férias, ou reservado a provas finais.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

POPULAÇÃO ESCOLARIZADA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - O Quadro 2 mostra, para o período 1950-1960, como variou a população entre 7 e 11 anos, relacionando-a com a população escolarizada no ensino primário comum (o ensino supletivo serve à população que ultrapassou a idade normal de escolarização primária).

.....

	1950	1960
<u>População Escolarizável (7-11 anos) ...</u>	6 720 219	9 441 437
<u>População Escolarizada (primário comum)..</u>	4 352 043	7 476 096
<u>Índice Virtual de Escolarização</u>	64,8%	79,2%

Os índices do Quadro 2 foram denominados de virtuais pelo fato de a população do ensino primário comum não ser, toda ela, composta de crianças com idades compreendidas entre 7 e 11 anos. Em 1960, por exemplo, apenas 75,8% das matrículas efetivas no ensino primário pertenciam ao grupo etário em questão; pode-se presumir que a distribuição percentual seja idêntica para o caso da matrícula geral, o que conduziria ao índice real de escolarização - do grupo etário de 7 a 11 anos - 60,0% no ensino primário.

(MPCE-EPEA - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Educação (I), Diagnóstico Preliminar - 1966 - pág. 37)

- Considerando que a duração do curso médio é de 7 anos para os dois ciclos por ele abrangidos, poder-se-ia referir a população escolarizada nesse nível educacional ao total da população do País entre 12 e 18 anos, tal como é usual em comparações de índices de escolarização no âmbito internacional. Evidentemente, esse índice apresenta-se extremamente distorcido. O Quadro 7 permite verificar tais índices, no Brasil, em 1950

e 1960.

.....

	1950	1960
<u>População Escolarizável (12-18 anos)</u>	8 166 155	10 959 667
<u>População Escolarizada (ensino médio)</u>	538 346	1 224 485
<u>Índice Virtual de Escolarização</u>	6,6%	11,2%

(Idem, pág. 40)

- A título ilustrativo construiu-se o Quadro 10, com a relação entre os estudantes do ensino superior brasileiro em 1950 e 1960 e a população entre os limites de 19 e 25 anos de idade.

.....

	1950	1960
<u>População Escolarizável (19-25 anos)</u>	7 069 782	8 667 792
<u>População Escolarizada (ensino superior, de formação e pos-graduação)..</u>	44 097	96 732
<u>Índice Virtual de Escolarização</u>	0,52%	1,11%

(Idem, pág. 42)

- Uma comparação menos imprecisa se faz no Quadro 12 com os índices por nível educacional.

.....
Um índice capaz de aferir com maior aproximação o atendimento escolar é o da escolarização dos grupos etários interessados nos ensinos primário e médio.

O Quadro 13 mostra os índices de escolarização de 5-19 anos em vários países do mundo.

(Idem, pág. 44)

- 2 - É necessário que se efetuem os levantamentos estatísticos indicados, capazes de dar apoio e direção a qualquer política racional de atendimento escolar no ensino básico: a) levantamento da população escolarizável de 7 a 14 anos; b) verificação da população escolari-

zada e deficit escolar existente na área; c) levantamento da demanda de matrículas, para o necessário atendimento à população escolarizável.

(MPCG - Programa Estratégico de Desenvolvimento - 1968-1970 - Área Estratégica IX - Infra-estrutura Social - Vol. II - Educação e Recursos Humanos - 1966, pág.30)

- 3 - Revela o Censo que, de 9 419 162 crianças de 7 a 11 anos, frequentavam escola 6 230 129 (66%). O índice de escolarização atinge nas áreas urbanas 81,4% - variando desde 87,6% na Região Norte até 78,2% na Região Centro-Oeste; nas áreas rurais esse coeficiente não vai além de 51,4%, oscilando entre 64,6%, na Região Sul, e 37,3%, no Nordeste.

De 4 516 540 crianças de 12 a 14 anos, frequentavam escola 3 007 244, isto é 66,4%. Este índice não é apenas praticamente equivalente ao relativo grupo etário de 7 a 11 anos, como também, consideradas as diversas Regiões e as áreas urbana e rural, sofre variações correspondentes.

(Pasquale, Carlos - O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação - MEC-INEP - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" - Série I - Estudos e Documentos - Vol.4 - São Paulo, 1966, pág. 26)

- Em números absolutos, o deficit de matrículas de crianças de 7 a 14 anos ascende a 4 698 429, sendo ... 1 202 453 em área urbana e 3 495 976 em área rural; o número de não escolarizadas de 7 a 11 anos é de ... 3 189 133, dos quais, 796 143 na área urbana e ... 2 392 990 na área rural.

O maior número de crianças sem escolas encontra-se na Região Leste: 1 678 755

(Idem, pág. 27)

CONCEITO PROPOSTO:

É a parcela da população escolarizável, relativa a certo nível de ensino, que está frequentando cursos pertinentes a esse nível de ensino.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL

1

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Admitindo-se que o ensino é obrigatório para a população de 7 a 11 anos, e considerando-se como escolarizada uma pessoa que seguiu as classes obrigatórias, então a escolarização será de 100% se toda a população de 7 a 11 anos estiver na escola. - Torfs, Jacques - Matemáticas do Planejamento Educacional. (MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - 48(108), out/dez, 1967, pág. 236)
- É claro que, neste caso, tôdas as crianças disponíveis e escolarizáveis teriam frequentado a primeira série da escola primária; ... - Idem (Idem, pág. 237)

OBSERVAÇÃO: Ver também POPULAÇÃO ESCOLARIZADA

CONCEITO PROPOSTO:

É a população pertencente à faixa etária para a qual o ensino do primeiro grau é obrigatório, em face da legislação pertinente.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL₂

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver POPULAÇÃO ESCOLARIZADA e POPULAÇÃO
ESCOLARIZÁVEL₁

CONCEITO PROPOSTO:

Diz-se, de um modo geral, da população pertencente à faixa etária para a qual o ensino de certo nível poderia ser ministrado na idade própria desse nível.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

PRÁTICA EDUCATIVA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.
(Lei nº 4 024, de 20/12/61, art. 35)
 - Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.
(Idem, art. 44, § 2º)
 - Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso.
(Idem, art. 45, parágrafo único)
 - Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série.
(Idem, art. 46)
- 2 - Convém ressaltar o fato de que a nova Lei, não menciona Práticas Educativas. Na L.D.B. estas constituíam componentes à parte das demais disciplinas do currículo, merecendo tratamento diferenciado. Assim, o currículo era montado sobre dois "suportes": as disciplinas (cinco obrigatórias, duas complementares e uma ou duas optativas) - compreendidas como atividades escolares, destinadas à assimilação de conteúdos sistematizados e gradativamente dosados; - as práticas educativas - abrangendo Educação Física, Ed. Artística, Ed. Religiosa, Ed. Moral e Cívica (que pelo Decreto-Lei 869/69 foi

incluída no elenco das disciplinas obrigatórias) e outras atividades que pudessem complementar a "formação" do adolescente.

(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 91)

- O rendimento do aluno era expresso em notas ou conceitos apenas nas disciplinas; as práticas educativas estavam excluídas desse tipo de avaliação, ficando a aprovação dos alunos, em tais atividades, condicionada apenas à sua frequência. Não entrando na discussão de mérito ou de inconveniência de tais critérios no processo de avaliação, temos que considerar que as atividades assim discriminadas passaram, não raramente, a ocupar uma posição "marginalizada" na escola, tendo como consequência, não apenas a desvirtualização dos objetivos que a própria L.D.B. preconizava para a educação de nível médio, mas também a perpetuação do caráter acadêmico desse nível de ensino. Ainda que se considerem os aspectos de relevância contidos na L.D.B. e que se veja nela uma preparação para a Lei atual, (que dela manteve parte significativa) temos que reconhecer a inadequação de alguns de seus propósitos.

(Idem, mesma página)

- 3 - Cabe então saber o que se há de entender por atividade, área de estudo e disciplina. Na linha de doutrina também esposada por este Conselho, no Parecer nº 181/70, o G.T. repele com veemência uma distinção mecanicista à base de "disciplinas" que preparam à reflexão, "práticas educativas" que levam à ação e "atividades artísticas" que predispõem à criatividade, pois o pensar, o agir e o criar sempre devem estar

presentes em todo ato docente-discente, embora variando em intensidade segundo os dados de cada situação didático-psicológica.

(Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 853/71, de 12/11/71 - Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei nº 5 692 - Conselho Federal de Educação)

- Apenas, em coerência com a orientação esposada, fugiu o legislador à designação equívoca de "prática educativa", já agora desnecessária por achar-se incluso na atividade o que porventura nela houvesse de aceitável.
(Idem)

CONCEITO PROPOSTO:

Expressão introduzida, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para indicar certas atividades educativas - executadas, ou não, em classe -, destinadas a complementar a formação do adolescente - visada através do ensino das disciplinas curriculares - e para as quais não se aplicavam os critérios usuais de avaliação do rendimento escolar, condicionando-se a aprovação do aluno, nas práticas educativas, à sua frequência às mesmas.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

PROFESSORADO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Professorado, s.m. Classe dos professôes; cargo, funções ou instituição dos professôres.
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)

- 2 - ... os programas de atualização pedagógica dos mestres e a distribuição criteriosa e racional do corpo docente aparecem como medidas adequadas para melhor rendimento escolar. A mobilidade do professorado dentro do próprio sistema deverá estar condicionada às exigências do ensino.
(MPCG - Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968 - 1970 - Área Estratégica IX - Infra-Estrutura Social, vol.I - Educação e Recursos Humanos, 1969, pág.28)

- Cursos regulares de treinamento para professôres não diplomados, de rápida duração (6 a 12 meses), estágios de fêrias feitos em estabelecimentos de ensino superior ou em centros pedagógicos, difusão das licenciaturas de primeiro ciclo em 3 anos, aparecem como providências exequíveis e complementares, a fim de manter certo nível mínimo de preparação do professorado dêsse nível de ensino.
(Idem, pág. 37)

- ... formação, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado;
(Idem pág. 112)

CONCEITO PROPOSTO:

Conjunto dos professores de um nível de ensino, ou de uma cidade, ou de uma região, etc.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

PROVA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - A nota final da disciplina em que se exigir mais de uma prova será a média aritmética das notas de cada prova.

(Diretoria do Ensino Superior - Portaria nº 453, de 21/12/56, art. 5º, Parágrafo único)

- Será habilitado o candidato que, no mínimo, obtiver nota final quatro por disciplina.

(Idem, art. 6º)

- Mediante prévia resolução do Conselho Técnico Administrativo ou do Conselho Departamental ou da Congregação, será facultado submeter os candidatos ao concurso vestibular a outras provas de aptidão, de capacidade e de vocação, para efeito de orientação dos próprios candidatos e de subsídios destinados a pesquisas educacionais, para o aperfeiçoamento do sistema oficial de seleção.

(Idem, art. 7º)

- 2 - As provas intelectuais serão obrigatoriamente de dois tipos: a) provas de habilitação com grau mínimo estabelecido no Edital (eliminatória) a que serão sujeitos todos os candidatos; provas de classificação, sem limite mínimo de nota, a que serão submetidos os candidatos habilitados nas provas do item a, se forem em maior número que o de vagas. Estas últimas provas, por tanto, servirão apenas à classificação... - Conselho Universitário da Universidade do Brasil - Condições aprovadas para os editais de concursos vestibulares, 6/11/64.

(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias

- V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 68)

- 3 - As provas eliminatórias compreendidas no Concurso de Habilitação serão em número de duas, no mínimo, e, no máximo, de três. - Universidade do Estado da Guanabara - Normas para os Concursos de Habilitação em 1965, art. 1º.
(Idem, pág. 70)
- As provas eliminatórias serão escritas, ressalvadas exceções a critério do Conselho Universitário - Idem , parágrafo único.
(Idem, pág. 71)
- O candidato habilitar-se-á com a nota mínima equivalente a três, em cada prova, e média global não inferior a quatro. - Idem, art. 2º.
(Idem, mesma página)
- 4 - A prova escrita de Português, na qual se apreciarão , além de outros elementos, a ortografia, a pontuação e a caligrafia, constará de um ditado, de cerca de quinze linhas, de trecho de autor brasileiro contemporâneo, sorteado de uma lista previamente aprovada pelo Diretor, e de uma redação sobre motivo de uma estampa, a qual variará para cada forma. - Diretoria do Colégio Pedro II - Externato - Portaria nº 272, de 30/12/52, art. 6º.
(Editora Brasil SA - ERSA - Documentário do Ensino - São Paulo, Ano VI, nº 63, janeiro/1953, pág. 11)
- A prova escrita de Matemática constará, no mínimo, de cinco problemas elementares e práticos. - Idem, Parágrafo 1º.
(Idem, mesma página)

- A prova escrita de Geografia e História constará de 10 questões simples e objetivas sôbre o programa da disciplina. - Idem, Parágrafo 2º.

(Idem, mesma página)

- 5 - O concurso de habilitação abrangerá um ou mais elementos de apreciação escolhidos entre provas intelectuais, exames psicológicos e análises de vida escolar; as provas intelectuais, quando incluídas no plano do estabelecimento, serão feitas com a amplitude e ao nível do ciclo colegial, objetivando não apenas aferir conhecimentos, como, sobretudo, avaliar o grau de integração dêsses conhecimentos para nortear futuras aquisições - Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 58/62 - Concurso de Habilitação aos Cursos Superiores - Conselho Federal de Educação.

(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 169)

OBSERVAÇÃO: Ver também PROVA CLASSIFICATÓRIA e PROVA ELIMINATÓRIA

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer situação, devidamente formulada, a que se podem submeter uma ou mais pessoas, com o objetivo de verificar ou avaliar os requisitos de tais pessoas para determinado fim.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

PROVA CLASSIFICATÓRIA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - As provas intelectuais serão obrigatoriamente de dois tipos: a) provas de habilitação com grau mínimo estabelecido no Edital (eliminatória) a que serão sujeitos todos os candidatos; b) provas de classificação, sem limite mínimo de nota, a que serão submetidos os candidatos habilitados nas provas do item a, se forem em maior número que o de vagas. Estas últimas provas, por tanto, servirão apenas à classificação... - Conselho Universitário da Universidade do Brasil - Condições aprovadas para os editais de concursos vestibulares, 6/11/64.
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 68)
- 2 - As provas de classificação referidas no item 3b servirão para a classificação dos candidatos à matrícula, tendo em vista o número de vagas, o qual foi fixado, nos termos regulamentares, em 300 (trezentas). - Escola Nacional de Engenharia - Edital para o vestibular de 1965 - item 4.
(Idem, pág. 70)
- 3 - Os candidatos habilitados na forma do artigo anterior, submeter-se-ão à prova de classificação, sempre que o forem em número superior ao de vagas. - Universidade do Estado da Guanabara - Normas para os Concursos de Habilitação em 1965, art. 9º.
(Idem, pág. 71)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer prova que tenha o objetivo de avaliar os requisitos de um grupo de pessoas, para determinado fim, e de permitir a posterior classificação, de tais pessoas, segundo um critério previamente fixado.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

PROVA ELIMINATÓRIA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - A prova escrita de Português terá caráter eliminatório exigindo-se do candidato a nota quatro, pelo menos.
- Diretoria do Colégio Pedro II - Externato - Portaria nº 272, de 30/12/1952, art. 5º.
(Editora Brasil SA - EBSA - Documentário do Ensino - São Paulo - Ano VI, nº 63, janeiro/1953, pág. 11)

- 2 - A nota final da disciplina em que se exigir mais de uma prova será a média aritmética das notas de cada prova. - Diretoria do Ensino Superior - Portaria nº 453, de 21/12/1956, art. 5º, parágrafo único.
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 60)

- Será habilitado o candidato que, no mínimo, obtiver nota final quatro por disciplina. - Idem, art. 6º
(Idem, pág. 61)

- 3 - As provas intelectuais serão obrigatoriamente de dois tipos: a) provas de habilitação com grau mínimo estabelecido no Edital (eliminatório) a que serão sujeitos todos os candidatos. - Conselho Universitário da Universidade do Brasil - Condições para os editais dos concursos vestibulares, 6/11/1964, item 2.
(Idem, pág. 68)

- 4 - As provas eliminatórias compreendidas no Concurso de Habilitação serão em número de duas, no mínimo, e, no máximo, de três. - Universidade do Estado da Guanabara - Normas para os Concursos de Habilitação em 1965, art. 1º.
(Idem, pág. 70)

- As provas eliminatórias serão escritas, ressalvadas exceções a critério do Conselho Universitário. - Idem , parágrafo único.

(Idem, 71)

- O candidato habilitar-se-á com a nota mínima equivalente a três, em cada prova, e média global não inferior a quatro. - Idem, art. 2º.

(Idem, mesma página)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer prova que tenha o objetivo de avaliar se uma ou mais pessoas preenchem os requisitos mínimos previstos para determinado fim.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

RECINTO DE AULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Aula. Es la habitación o recinto dentro del edificio escolar en donde se imparte la enseñanza. También suele llamarse sala de clase.

(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC., 1967, pág.73)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer local coberto, fechado ou não lateralmente - porém, abrigado do sol e da chuva - utilizado, com exclusividade ou não, para o ensino e a aprendizagem sistemática, em um ou mais níveis.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

REGIME NÃO SERIADO (Curso em)

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Admitir-se-á a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 8º, §1º)
- Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.
(Idem, art. 22, parágrafo único)
- 2 - Na legislação brasileira, pertinente ao ensino superior, constituiu-se em tradição o regime de cursos seriados. ... Já agora, ao impulso da Reforma Universitária, vem tal regime sendo repudiado e, embora a legislação vigente não o imponha, substituído pelo de "matrícula por disciplina", que instituiu e permite ao estudante, respeitados os pré-requisitos que asseguram a ordenação e concatenação lógica dos estudos das várias disciplinas - dosar o seu programa de estudos, no período letivo, em conformidade à sua capacidade efetiva de trabalho (escolar). Para evitar opções extremadas, é lícito, e praticado pelas escolas, estabelecer limites - máximo e mínimo - ao esforço que o aluno proponha-se realizar no período, o que, aliás, se conforma à fixação pelo Conselho Federal de Educação, por prazos - máximo e mínimo - em que o curso deve ser realizado. - Aragão, Raymundo Moniz de - Indicação nº 4/71, de 5/5/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso não seriado) - Conselho Federal de Educação.

(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág.487)

- 3 - Caso a Universidade adote o sistema de currículo móvel provavelmente deverá adotar também o regime de matrícula por disciplina e não por curso. Será necessário então manter um controle rigoroso, nas unidades escolares que ministram as disciplinas ou na Reitoria se as matrículas forem centralizadas, para que se possa saber exatamente a que Cursos pertence cada aluno matriculado em uma determinada disciplina.

(Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras - Rio de Janeiro, 1967, pág. 125)

- Todavia, na hipótese de adoção de currículo móvel nas Universidades, esta facilidade desaparecerá. Nesse caso, o aluno fará sua matrícula e será promovido por disciplina, apesar de que o conceito de série continuará sendo o mesmo: uma etapa bem definida na sequência de disciplinas conducentes ao certificado final de conclusão do Curso, geralmente coberta no decorrer de um período letivo. Mas a condição para que um aluno se matricule numa determinada disciplina não será mais a de que tenha sido aprovado na série anterior, mas sim a de que tenha sido aprovado nas disciplinas consideradas pré-requisitos para aquela em que deseje matricular-se.

(Idem, pág. 128)

CONCEITO PROPOSTO:

Modalidade de funcionamento de um curso - introduzida com a Reforma Universitária - segundo a qual as disciplinas integrantes do respectivo currículo não mais se distribuem, rigidamente, por séries anuais de estudos, sendo permitido, a qualquer aluno, conforme sua capa-

cidade de trabalho escolar, inscrever-se em cada período letivo em um certo número, maior ou menor, de disciplinas, desde que respeitados os pré-requisitos e os limites mínimo e máximo previstos no regimento escolar.

O mesmo que REGIME DE MATRÍCULA POR DISCIPLINA (Curso em), ou que CURRÍCULO MÓVEL (Curso de).

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

REGIME PARCELADO (Curso em)

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - No entanto tal estudo, salvo em alguns estabelecimentos religiosos e particulares, continuarão sendo feitos principalmente em aulas, ou cadeiras, até quase dez anos depois de criados os cursos jurídicos.
(Silva, Geraldo Bastos - Introdução à crítica do ensino secundário - Rio de Janeiro, 1959, pág. 211)
 - Antes disto, como diz José Veríssimo, " ... Os cursos se faziam até o fim, sem o parcelamento promovido pela facilidade dos exames de preparatórios, ..."
(Idem, pág. 226)
 - "... sabe quanto é relativamente fácil reduzir o curso seriado a um ou dois anos e transformar o exame de admissão em verdadeira sucursal dos exames parcelados".
(Idem, pág. 295)
- 2 - Conclusão de curso secundário, seriado ou não, pelo regime do Decreto nº 11 530, de 18 de março de 1915, prestados os exames perante bancas examinadoras oficiais no Colégio Pedro II ou em estabelecimentos equiparados.
(U.B. - Faculdade Nacional de Filosofia - Regimento, 1946, art. 32, alínea b, item 2)
 - Sem prejuízo dos candidatos à matrícula em tôdas as disciplinas de qualquer série de um curso, e uma vez que permitam as instalações e os horários, será lícito ao candidato aprovado em exame vestibular, matricular-se apenas para frequência e provas em determinadas disciplinas, obedecida a sua distribuição por mais de uma série, quando fôr o caso.
(Idem, art. 38)

- Os certificados de aprovação em tôdas as disciplinas componentes de um curso de formação, embora obtidos em épocas diferentes, darão direito ao respectivo diploma de bacharel ou de licenciado, devendo o portador dêste diploma, no ato de recebê-lo, fazer a restituição dos certificados obtidos.

(Idem, parágrafo único)

- 3 - É necessário tornar claro êste artigo. Parece que a intenção é a regra de matrícula na Série; caso sobrem vagas, admite-se o regime parcelado. Não há muito critério nisso. Se sobrarem vagas, admitem-se matrículas também na série. Se a Faculdade adotasse o sistema de créditos, a matrícula de todos seria por disciplina, hipótese em que indicaria o mínimo e o máximo de créditos que cada aluno poderia obter num semestre. A matrícula parcelada, sem limite de prazo para conclusão de curso, não atende aos interesses pedagógicos, pois um curso deve ter um mínimo de coesão entre as suas partes componentes. Há que estabelecer uma graduação de estudos, embora não sejam em série; daí os pré-requisitos.

(Scrupira, Newton (Relator) - Parecer nº 632/71, de ...
20/8/71 - Conselho Federal de Educação)

- 4 - No ensino superior de nosso país, acha-se já praticamente instituído êsse critério através do regime dito "parcelado" ou de "disciplinas isoladas". Foi êle previsto nos arts. 32 e 50 do D.L. nº 1 190, de 4/4/939, que organizou as faculdades de filosofia, sendo posteriormente generalizada pelo §4º do art. 79 da L.D.B., conforme interpretação em numerosos pareceres do C.F.E. Nos termos dos de nºs. 140/62, 145/62 e 115/62 dá aquele artigo ao aluno o direito de optar, ou não, pelo regime parcelado, e não à faculdade, curso feito na base de disciplinas lecionadas em cursos diversos. (Docu -

menta nº 52, p. 71-72) - Neves, Carlos de Souza - A Escola Média e um melhor Critério de Promoção. (MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - V. 49(110), abr/jun 68, pág. 344)

CONCEITO PROPOSTO:

Antiga modalidade de funcionamento de um curso - ministrado, normalmente, em regime seriado - segundo a qual era permitido, a algum aluno, cursar uma ou mais disciplinas de uma série, ainda que não tivesse cursado ou obtido aprovação em todas ou algumas disciplinas das séries anteriores; salvo os casos das disciplinas que constituíssem pré-requisitos para aquela que o aluno pretendesse cursar.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

REGIME SERIADO (Curso em)

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - O regimento escolar poderá admitir, que no regime seriado, a partir da 7ª série, o aluno seja matriculado com dependência de uma ou duas disciplinas, áreas de estudo ou atividades de série anterior, desde que preservada a seqüência do currículo.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 15)

- 2 - Na legislação brasileira, pertinente ao ensino superior, constituiu-se em tradição o regime de cursos seriados. Nesse regime, as disciplinas curriculares são distribuídas em séries anuais, de tal forma que um curso de graduação determinado tem sua duração fixada em certo número de anos e cada série o seu plano de estudos preenchido por um conjunto rígido de disciplinas a que todos os alunos da série devem cursar.
(Aragão, Raymundo Moiz de - Indicação nº 4/71, de ... 5/5/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso não seriado) - Conselho Federal de Educação)

- 3 - Normalmente o conjunto de tôdas as disciplinas a que deve atender um aluno desde o seu ingresso na Universidade até a obtenção do certificado de formação, ou seja, o currículo do Curso, é dividido em um certo número de etapas a serem cumpridas cada uma em um período letivo, numa sequência rígida prèviamente determinada. Essas etapas são as séries do Curso e da maneira como são hoje definidas resulta que o aluno é promovido por série e faz sua matrícula também por série.
(Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras - Rio de Janeiro, 1967, pág. 128)

- 4 - ... apesar de que o conceito de série continuará sendo o mesmo: uma etapa bem definida na sequência de disciplinas conducentes ao certificado final de conclusão do Curso, geralmente coberta no decorrer de um período letivo. Mas a condição para que um aluno se matricule numa determinada disciplina não será mais a de que tenha sido aprovado na série anterior
(Idem, mesma pág.)

CONCEITO PROPOSTO:

Modalidade de funcionamento de um curso, segundo a qual as disciplinas integrantes do respectivo currículo estão distribuídas, rigidamente, em séries anuais de estudo, obrigando-se o aluno a ser aprovado em todas as disciplinas de uma série, para ter direito de acesso, incondicional, à série seguinte.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

REPROVADO

Conceitos ou textos analisados:

OBSERVAÇÃO: Ver ALUNO REPROVADO e CANDIDATO REPROVADO

CONCEITO PROPOSTO:

Maneira abreviada de se referir a ALUNO REPROVADO ou a CANDIDATO REPROVADO, quando disso não resultar ambiguidade.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

SALA DE AULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Aula - Es la habitación o recinto dentro del edificio escolar, en donde se imparte la enseñanza.
(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC, 1967, pág.38)

- 2 - Cada sala de aula contará com instalações e equipamentos requeridos pelo ensino a ser dado ao mesmo tempo em que se integra no conjunto. ... No planejamento da sala como unidade pedagógica, deverá ser levado em conta o número de alunos que um professor pode dirigir , número este que não poderá ser excedido sem sacrifício da qualidade da instrução sob qualquer aspecto. ... O espaço e a área destas salas variam segundo: as disciplinas ensinadas; o número e a idade dos alunos; o clima. ... Geralmente se admite que a classe possa atender a uma certa variedade de exigências que são muito semelhantes para determinados objetivos de modo que permita o trabalho escolar a alguns tipos que se repetem uniformemente. ... Características da classe (Ensino Comum): Superfície: 50 a 60 m²; Nº de alunos: 25 a 40; Superfície por aluno: 1,5 a 2,5 m². - União Internacional de Arquitetos - Comissão de Construções Escolares - Carta de Construções Escolares.
(MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - XLVI(104), out/dez , 1966, pág.372)

- 3 - ~~E~~ necessário que os prédios existentes, ou em construção, sejam rigorosamente adequados às finalidades da escola, e, para tanto, a área construída, as salas, oficinas e laboratórios deverão ser construídos de acordo com os cursos e matrículas programadas para os próximos anos (5 ou 10). A funcionalidade arquitetônica da obra deverá impor-se a outros critérios por -

ventura existentes.

(MPCE - Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Tomo VI - Desenvolvimento Social - V.1(II) - Educação e Mão-de-Obra (Versão Preliminar) - Rio de Janeiro , 1967, pág. 37)

OBSERVAÇÃO: Ver também SALA DE AULA ESPECIALIZADA

CONCEITO PROPOSTO:

É um recinto de aula, com área perfeitamente delimitada por paredes ou divisões laterais, construído ou adaptado para servir, em caráter permanente e preponderante, ao ensino e à aprendizagem, em um ou mais níveis, e possuindo, ou não, instalações ou equipamentos didáticos especiais, desde que estes e aquelas, quando existentes, não se destinem, em maior parcela, ao ensino prático ou experimental.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

SALA DE AULA COMUM

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Deverá ser indicado o número de alunos que tôdas as salas de aula comuns destinadas ao ensino primário comportam em um só turno, isto é, a capacidade de matrícula da escola ou curso primário.

(MEC-INEP; IBGE - Censo Escolar do Brasil, 1964 - CE - 10 - Manual do Recenseador - Rio de Janeiro, V. 4, 1967, pág. 15)

- 2 - Para as escolas até 3 salas de aula não há maiores exigências, além da área para a construção de jardins e recreação.

As de mais de 4 salas, situadas normalmente nas zonas urbanas, exigem também outras atenções, como previsão da possibilidade da construção eventual de salas especiais e, até mesmo, de um pavilhão de artes industriais. - Schultz, Zenaide Cardoso - Construção e equipamento de escolas e o Plano Nacional de Educação. (MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 46(104), out./dez., 1966, pág.269)

- 3 - Geralmente se admite que a classe possa atender a uma certa variedade de exigências que são muito semelhantes para determinados objetivos de modo que permita o trabalho escolar a alguns tipos que se repetem uniformemente.

Essa concepção constitui um progresso necessário na evolução das construções escolares, pois é preferível uma uniformidade em qualidade do que uma diversidade medíocre.

Mas esta estandardização deverá, na medida do possível, dar lugar à diversidade que os múltiplos aspectos das necessidades pedagógicas exigem. - União Internacional de Arquitetos - Comissão de Construções Escolares

res - Carta de Construções Escolares.
(Idem, pág. 373)

CONCEITO PROPOSTO:

É toda sala de aula que, pelas suas instalações ou equipamentos didáticos, destina-se, indiferentemente, ao ensino e à aprendizagem de qualquer disciplina, área de estudos ou atividade.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

SALA DE AULA ESPECIALIZADA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Os locais destinados às cllasses para ensino especializado deverão corresponder, em cada caso, às necessidades pedagógicas peculiares ao ensino, considerando-se que se torna indispensável a iniciação prática como complementação do ensino teórico.

A fim de satisfazer a esse duplo aspecto do ensino (o teórico e o prático), as salas deverão ser amplas e o número de alunos limitado. Nas salas destinadas ao ensino científico e técnico devem ser tomadas medidas de precaução capazes de garantir a segurança dos alunos. - União Internacional de Arquitetos - Comissão de Construções Escolares - Cartas de Construções Escolares.

(MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro, XLVI(104), out/dez 1966, pág. 375)

- 2 - O ensino particular ainda tem, como de sua propriedade, 318 dos 374 prédios acima mencionados. Dispõe , também, de substancial número de instalações especiais, a seguir enumeradas: Laboratório de Ciências - 127 ; Oficinas de Artes Industriais - 32; Sala-ambiente para comércio - 53; Técnicas Agrícolas - 41; Sala de Arte - 69; Sala de música - 208; Biblioteca - 365; Recursos audiovisuais - 255; Materiais de ensino adequados - 60.

(Conselho Estadual de Educação - Rio Grande do Sul - Plano Estadual de Educação - Pôrto Alegre, 1968, pág.74)

- O número de prédios a ser construído tem como base um ginásio ou colégio para 400 alunos por turno, com todas as suas instalações em pleno funcionamento, com a ocupação simultânea das salas de aula, laboratórios e oficinas. A discriminação das salas e equipamento ne-

cessários para tal funcionamento poderá ser vista nos quadros A - IV.6 e A-IV.7 , em anexo.

(Idem, pág. 117)

- RELAÇÃO DO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS - Ensino Médio, 1º ciclo; Tipo de Escola: Ginásio do Tipo Orientado para o Trabalho; Matrícula prevista: 400 alunos (por turno); - Salas de aula; Sala-ambiente Desenho; Salas específicas; Gabinete de direção; Sala para secretaria; Sala de professores; Biblioteca; Gabinete de orientação; Área coberta para Educação Física (e auditório); ... discriminados segundo: o número necessário, área por unidade, custo unitário e custo total.

(Idem, pág. 221)

- 3 - ... firmam o presente convênio, objetivando complementar o equipamento do escritório-modêlo do citado educandário, a fim de habilitá-lo a aplicar o Sistema de Ensino Funcional ou de Classes-Emprêsas, integrando - se no grupo das unidades-piloto que participam do esforço do aprimoramento do ensino técnico comercial... (Diretoria do Ensino Comercial - Convenio celebrado entre a Diretoria do Ensino Comercial e a Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição para equipamento de sala-ambiente - DOU de 26/11/70)

- 4 - Tem o educandário 18 salas de aula, 1 laboratório de ciências naturais (biologia, física e química), 1 sala de desenho artístico e técnico, 2 oficinas politécnicas (mecânica de automóveis, cerâmica, artes gráficas, serralheria e forja) e uma sala de educação doméstica.

(Última Hora - Rio de Janeiro - 31/10/70: Prefeitura Municipal de Volta Redonda - Ginásio Municipal João XXIII)

5 - ... o Colégio Municipal Getúlio Vargas associa a educação formal à pré-vocacional voltada para o trabalho. Tem 22 salas de aula, 1 sala de geografia com mapoteca, 1 sala de audiovisual com cabines, salas de desenho técnico e artístico, 1 anfiteatro, laboratórios completos de biologia, química e física. No setor pré-vocacional, 3 oficinas politécnicas e respectivas salas de aula (mecânica de automóveis, cerâmica, artes gráficas, carpintaria, eletrônica e eletricidade, seralheria e forja), bem como salas de educação doméstica, corte e costura e culinária incluindo cozinha.
(Idem - Ginásio Municipal Getúlio Vargas)

CONCEITO PROPOSTO:

É toda sala que, pelas suas instalações ou equipamentos didáticos, destina-se, especificamente, ao ensino e à aprendizagem de uma certa disciplina ou a um certo grupo de disciplinas afins.

O mesmo que SALA-AMBIENTE.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

SEMESTRE LETIVO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Admitir-se-á a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.
(Lei nº 5 692, de 11/8/71, art. 8º, §1º)

- O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.
(Idem, art. 11)

- 2 - Período letivo - partes do ano letivo. Podem ser organizados por semestres no ensino de 1º e 2º graus. Períodos especiais são os que vão de dezembro a março e o de julho, compreendidos entre períodos regulares. Note-se que os períodos são especiais mas o ensino será sempre regular.
(Boynard, Aluizio Peixoto - Garcia, Edília Coelho - Robert, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972, pág. 58)

- Ano letivo - poderá organizar-se por períodos letivos (ano ou semestre letivos com 180 ou 90 dias) - excluídos períodos de provas finais.
(Idem, pág. 43)

- 3 - A área de uma disciplina deverá, em princípio, ser aque la que se comporte em um semestre letivo, juntamente com outras 3 ou 4 disciplinas.
(Salgado, Clóvis (Relator) - Parecer nº 561/71, de 17/8/71 - Conselho Federal de Educação)

- 4 - O semestre letivo terá a duração de 90 dias, não incluindo os destinados a exames. Excluir o termo "provas", pois a verificação consecutiva do rendimento escolar pode e deve ser feita, dentro do período letivo, não assim os exames, caso sejam previstos.

(Abu-Merhy, Nair Fortes (Relatora) - Parecer nº 851/71, de 18/8/71 - Conselho Federal de Educação)

CONCEITO PROPOSTO:

É uma parte do ano letivo, de um determinado curso, que abrange pelo menos 90 dias de trabalho escolar efetivo.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

SISTEMA DE CRÉDITOS

Conceitos ou textos analisados:

1 - E o crédito é simplesmente, nem mais nem menos, a unidade de cálculo que é largamente utilizada na educação universitária dos EUA. - Hunter, John M. - O Crédito, Moeda Universitária - "Estado de São Paulo" - São Paulo, 23/6/68.

(MEC-INEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 49(110), abr/jun 1968, pág. 392)

- As três razões que nos levaram a exigir um sistema de contabilidade universitária são as seguintes: 1) Existe grande mobilidade de estudantes entre as instituições e as disciplinas. Nós utilizamos os "créditos" para avaliar o que o estudante pode transferir de uma instituição para outra, de um curso de graduação ou pós-graduação para outro. - Idem.

(Idem, mesma página)

- Mesmo seguindo um único curso, um estudante normalmente tem aulas em vários departamentos, além daqueles pertencentes ao seu principal campo de estudo. Sem pre que isto ocorre, é necessário algum tipo de avaliação do que está sendo oferecido. Estas são as características que deram origem ao sistema de "créditos"

... Os "créditos" são simplesmente "pesos" dados a cada disciplina oferecida pela universidade. - Idem.

(Idem, mesma página)

2 - O sistema de créditos é um meio pelo qual, baseando-se no que é comum - o trabalho exigido do estudante para a aquisição do conhecimento tornam-se comparáveis, entre si, as diversas disciplinas, malgrado as diferenças do conteúdo, metodologia do ensino, etc. Partindo da evidência de que, a aquisição efetiva do conhe-

cimento inerente a uma disciplina qualquer exige do aluno determinada soma de trabalho conhecida por unidade (a que por convenção, se denomina "crédito"), e, mediante comparação com esta, mensura-o, exprimindo-o em múltiplos da unidade elegida. Nessas condições, as diversas disciplinas - medidas pelo trabalho exigido do aluno para adquirir efetivamente o conhecimento que lhe é peculiar, por comparação a uma mesma unidade - tornam-se comparáveis entre si, pois que serão representados por múltiplos dessa unidade, ou sejam os "créditos" que lhes correspondem ou são atribuídos.-Ara - gão, Raymundo Moniz - Indicação nº 4/71, de 5/5/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso não seriado) - Conselho Federal de Educação. (Carvalho, Guido Ivan de-Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 482)

- Da mesma maneira, permite o sistema de créditos comparar os níveis em que uma mesma disciplina é ministrada em dois cursos, medindo, com emprêgo daquela unidade, o trabalho exigido do aluno, em cada qual dos cursos, para adquirir o conhecimento da disciplina em tela. - Idem. (Idem, pág. 483)

- Não basta que o aluno haja se inscrito e realizado os trabalhos de uma disciplina, para que os créditos a esta atribuídos lhe sejam conferidos. É necessário, para isso, que tenha alcançado, no fim do período, a frequência mínima exigida e demonstrado aproveitamento efetivo. - Idem. (Idem, pág. 485)

CONCEITO PROPOSTO:

É o sistema que adota o crédito como unidade de medida, destinada a avaliar quantitativamente o esforço

desenvolvido pelo aluno na aprendizagem de alguma disciplina, em cujo estudo obteve a frequência mínima exigida e demonstrou aproveitamento efetivo.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

TEMPO DE AULA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Tempo: ... 7. Ocasão própria para um determinado ato; ... 8. Sazão, ... período próprio de certos atos, ... (Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - São Paulo, 1968)

OBSERVAÇÃO: Ver também HORÁRIO-DE-AULA

CONCEITO PROPOSTO:

Período contínuo, de duração certa - cujo início é prefixado no horário-de-aulas -, destinado, normalmente, à realização de uma aula.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

TURMA

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Adotou-se o número de 30 alunos como média desejável para as turmas dos colégios e ginásios pois, turmas muito menores ou maiores tornam-se anti-econômicas ou anti-pedagógicas.
(Rio Grande do Sul - Conselho Estadual de Educação - Plano Estadual de Educação - Porto Alegre, 1967, pág. 108)
- 2 - Essas escolas apresentam capacidade ociosa, o que nos leva a sugerir as medidas a seguir expostas ... - transferir os alunos das seis escolas municipais ... proporcionando-lhes melhor atendimento através de: - turmas organizadas por nível de escolaridade; - lotação das turmas obedecendo a índices adequados de m²/aluno e alunos/professor.
(MPCG - IPEA - IPLAN - Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) - Carta Escolar - Rio de Janeiro, 1971, V.II - Ensino do 1º Grau - Experiência Piloto, pág. 58)
- 3 - Deve entender-se por turma ou classe o grupo de alunos que recebe aulas, simultaneamente, na mesma sala, ainda que o grupo se componha de alunos de séries diferentes.
(MEC-INEP; IBGE - Censo Escolar, 1964 - CE 10 - Manual do Recenseador - pág. 82)
- 4 - Classe (o sección). Según la definición de la UNESCO, "una classe es un grupo de alumnos (estudiantes) que habitualmente reciben juntos instrucciones de uno o varios maestros o profesores durante un período escolar".
(O.E.A. - Secretaría General - Mejoramiento de las

Estadísticas Educativas - Washington, D.C., 1967, pág.
48)

CONCEITO PROPOSTO:

Conjunto de alunos que, para efeito de aprendizagem de alguma disciplina, área de estudos ou grupo de atividades, recebem aulas num mesmo recinto de aula e no mesmo horário.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

TURNO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Turno: é a divisão do horário escolar em um ou mais períodos de funcionamento para grupos diferentes de alunos, com o fim de aproveitar melhor a capacidade da escola.
(MEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Ofício - circular nº 100/69 - Instruções para o preenchimento do questionário de coleta de dados estatísticos sobre o ensino superior - Modelo EE - 04 - 1969)
- 2 - Turno, s.m. ... cada uma das divisões do horário diário de trabalhos (especialmente nos estabelecimentos de ensino).
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)
- 3 - Se, por exemplo, em um mesmo prédio funcionar pela manhã uma escola estadual e à tarde uma municipal, deverão ser preenchidos dois CE-2.
(MEC-INEP; IBGE - Censo Escolar do Brasil, 1964 - CE - 10 - Manual do Recenseador - Rio de Janeiro, V.4,1967, pág. 80)
- Deverá ser indicado o número de alunos que todas as salas de aula comuns destinadas ao ensino primário comportam em um só turno, ...
(Idem, pág. 81)
- Indicar o número de turnos diurnos e noturnos em que funciona o curso. Cursos noturnos são considerados aqueles que são ministrados a partir das 17 horas.
(Idem, pág. 82)

4 - Otro punto de consideración es la forma de contabilizar las escuelas que funcionan con dos o tres turnos. A fin de ser consecuentes con el concepto de unidad de educación que se ha descrito, cada turno de las escuelas que tienen dos o tres turnos y funcionan en el mismo local escolar pero con un grupo diferente de alumnos, ...

(OEA - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC, 1967, pág. 41)

CONCEITO PROPOSTO:

É qualquer período, de início e duração definidos, normalmente utilizado na subdivisão da jornada escolar.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBSE - SEEC

GLOSSÁRIO

TURNO DIURNO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Diurno ..., que se faz ou sucede de dia; ...
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)
- 2 - Diurno - 1. Próprio do dia (em oposição a noturno) ...
3. Que só aparece ou se realiza de dia...
(Nôvo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - São Paulo, 1968)
- Dia - ... 1. Em oposição a noite, tempo que permanece o Sol sôbre o horizonte. 2. Tempo que decorre desde o nascer ao pôr do Sol.
(Idem)

OBSERVAÇÃO: Ver também TURNO, TURNO MATINAL e TURNO VESPERTINO.

CONCEITO PROPOSTO:

É o período de atividade escolar que abrange os turnos matinal e vespertino.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

TURNO MATINAL

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Matinal, adj. 2 gêns. Da, ou de manhã; matutino;....
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)
- 2 - Matutino, adj. Da manhã; relativo à manhã (sinôn.: matutinal);
(Idem)
- 3 - Manhã, s.f. - Tempo que vai desde o nascer do Sol ao meio-dia
(Idem)

OBSERVAÇÃO: Ver também TURNO e TURNO VESPERTINO

CONCEITO PROPOSTO:

É o período de atividade escolar que se estende das primeiras horas da manhã até às doze horas do dia.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

TURNO NOTURNO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Noturno (nocturno), adj. - Que se faz de noite; referente à noite;
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972)
- 2 - Noite, s.f. - Espaço de tempo em que o Sol está abaixo do horizonte; ...
(Idem)
- 3 - Noite, s.f. (1. nocte) - 1. Período de tempo compreendido entre as dezoito horas - ocasião em que o sol está abaixo do horizonte e em que finda o dia legal ou judicial - e as seis horas do dia seguinte. 2.
(Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - São Paulo, 1968)

OBSERVAÇÃO: Ver também TURNO e TURNO VESPERTINO

CONCEITO PROPOSTO:

É o período de atividade escolar que se estende das dezoito horas do dia em diante.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

TURNO VESPERTINO

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - Vespertino, adj. - Da tarde; relativo à tarde;
(Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa -
São Paulo, 1972)
- 2 - Tarde, s.f. - tempo, entre o meio-dia e a noite.
(Idem)

OBSERVAÇÃO: Ver também TURNO MATINAL e TURNO NOTURNO

CONCEITO PROPOSTO:

É o período de atividade escolar que se estende das
doze às dezoito horas do dia.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

GLOSSÁRIO

VESTIBULAR

Conceitos ou textos analisados:

- 1 - É portanto, à luz dêstes elementos que devemos encarar o vestibular redefinido em termos de classificação. - Chagas, Valnir (Relator) - Parecer nº 58/62 - Concurso de Habilitação aos Cursos Superiores - Conselho Federal de Educação.
(Carvalho, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971, pág. 164)
- Por outro lado, o rigorismo formalista do vestibular, que faz dêle a réplica estudantil do concurso de catedrático, trai via de regra uma incapacidade intrínseca da maioria de nossas escolas e faculdades ... - Idem.
(Idem, pág. 165)
- A segunda finalidade do vestibular é uma decorrência da primeira. Não se ultimando com êle o processo de seleção, êste necessariamente prosseguirá, sem diminuir de intensidade ...
(Idem, pág. 167)
- 2 - Rivadávia Correia, em 1911, instituiu o vestibular como um Exame de Estado para o ensino secundário, então não oficializado.
(Cunha, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP-CBPE - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5. Rio de Janeiro, 1968, pág. 57)
- Assim é que, pela letra a do art. 69, ficou conferida competência para fixação do processo dos vestibulares às "escolas superiores", em observância ao princípio de sua autonomia didática, devendo ter êle o sentido

de um concurso de "habilitação" para obtenção de "classificação".

(Idem, pág. 62)

Ver, também, EXAME VESTIBULAR E CONCURSO VESTIBULAR.

CONCEITO PROPOSTO:

Forma abreviada das expressões EXAME VESTIBULAR e CONCURSO VESTIBULAR.

Crítica ao conceito proposto:

CONCEITO SUGERIDO:

CBESE - SEEC

GLOSSÁRIO

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Leis, Decreto-leis, Decretos

- Lei nº 4 024, de 20/12/61 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 5 540, de 28/11/68 - Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- Lei nº 5 692, de 11/8/71 - Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 53, de 18/11/66 - Fixa princípios e normas de organização para universidades federais, e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 252, de 28/2/67 - Estabelece normas complementares ao Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 405, de 31/12/68 - Provê sobre o incremento de matrícula em estabelecimentos de ensino superior, em 1969.
- Decreto-lei nº 464, de 11/2/69 - Estabelece normas complementares à lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências.
- Decreto-lei nº 574, de 8/5/69 - Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior.
- Decreto nº 63 338, de 1º/10/68 - Constitui comissões de especialistas para o estudo de questões de educação e ensino.
- Decreto nº 67 348, de 6/10/70 - Institui o Programa Intensivo de Pós-Graduação, nas áreas ligadas ao Desenvolvimento Tecnológico do País, e dá outras providências.

Resoluções

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Conselho Federal de Educação)

- Nº 8/71 - Fixa o Núcleo-Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º Graus, definindo-lhe os Objetivos e a Amplitude.

Pareceres

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Conselho Federal de Educação)

- Nº 58/62 - Concurso de Habilitação aos Cursos Superiores.
- Nº 977/65 - Definição dos Cursos de Pós-Graduação.
- Nº 328/69 - O Regime Didático é instituído pelo Regimento.
- Nº 85/70 - Normas sobre a aplicação dos novos currículos mínimos.
- Nº 94/71 - Educação Moral e Cívica.
- Nº 236/71 - Disciplinas Comuns para Graduação e Pós-Graduação;
Títulos de Doutor - dos Profissionais.
- Nº 561/71 - Processo nº 1852/69.
- Nº 632/71 - Processo nº 1 109/70.
- Nº 647/71 - Processo nº 1 613/69.
- Nº 650/71 - Processo nº 219/71
- Nº 683/71 - Processo nº 1 615/70.
- Nº 716/71 - Processo nº 1 701/70.
- Nº 853/71 - Núcleo-Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º
Graus. A Doutrina do Currículo na Lei nº 5 692.
- Nº 699/72 - Ensino Supletivo.

Indicações

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Conselho Federal de Educação)

- Nº 8/68 - Normas para Reexame de Currículos Mínimos e Duração de
Cursos Superiores.
- Nº 4/71 - Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplina (curso
seriado).

Portarias

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Conselho Federal de Educação)

Nº 4/63 - Normas para Autorização e Reconhecimento de Escolas Superiores.

Nº 4/70 - Dispõe sobre vagas abertas à matrícula nos estabelecimentos isolados do ensino superior.

Nº 6/71 - Estabelece normas processuais sobre redução de vagas nas escolas superiores.

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Diretoria do Ensino Superior)

Nº 453/56 - Dispõe sobre Concursos Vestibulares aos Cursos Superiores.

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Diretoria do Ensino Agrícola)

Nº 29/67 - Estabelece currículo para séries do primeiro ciclo do ensino agrícola.

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Colégio Pedro II - Externato)

Nº 272/52 - Instruções sobre Exames de Admissão à Primeira Série do Curso Ginásial.

Editais

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - SC)

Nº 712.A05.05/71 - Abre Inscrições ao Concurso Vestibular para 1972, marca Horários dos Exames e dá Outras Instruções.

Publicações Diversas

ARAÚJO, Dalton Moreira de - A Evasão Escolar no SENAC de Pernambuco - SENAC - DN - Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais - 1964.

AULETE, Caldas - Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa - Rio de Janeiro, 1958.

AZEVEDO, Fernando de - Obras Completas, V.X - Sociologia Educacional - São Paulo, 1958.

BOYNARD, Aluizio Peixoto - GARCIA, Edília Coelho - ROBERT, Maria Iracilda - A Reforma do Ensino - São Paulo, 1972.

- CAMPOS, M.A.Pourchet - A Reforma da Universidade Brasileira e seus Reflexos sobre a Integração do Ensino das Profissões da Saúde - MPCG - IPEA - Centro Nacional de Recursos Humanos - fevereiro de 1969.
- CARVALHO, Guido Ivan de - Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência - Rio de Janeiro, 1971.
- CLAPARÈDE, Edouard - A Escola sob Medida - Rio de Janeiro, 1959.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS - Reformulação do Sistema Estatístico das Universidades Brasileiras - Rio de Janeiro, 1967.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - RS - Plano Estadual de Educação - Porto Alegre, 1967.
- CUNHA, Nadia Franco da - Vestibular na Guanabara - MEC-INEP - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Série VIII - Pesquisas e Monografias - V.5 - Rio de Janeiro, 1968.
- CUNHA, Nadia Franco da - ABREU, Jayme - Papel da Cultura Geral, na Formação Técnico-Especializada - *in* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 54(120), out/dez 1970.
- DEBLÉ, Isabelle - Examen de la Publication Statistique "Situação Cultural" 1967, realisée par le Serviço de Estatística da Educação e Cultura, du Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- DIAS, José Augusto - Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica - MEC-INEP - 1967.
- EDIÇÕES MELHORAMENTOS - Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos - São Paulo, 1968.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda - Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - São Paulo, 1972.
- GLASS, Gene - STANLEY, Julian C. - Statistical Methods in Education and Psychology - Englewood Cliffs, 1970.
- GRUPO DE TRABALHO (Decreto nº 66.600, de 20/5/70) - Relatório.
- HUNTER, John M. - O Crédito, Moeda Universitária - *in* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 49(110), abr/jun 1968 - (Reproduzido de "O Estado de São Paulo" - São Paulo, 26/6/68).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Estatística da Educação - Coletânea de Pronunciamentos e Decisões do Conselho Nacional de Estatística oferecida e dedi-

cada ao Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos - Rio de Janeiro, 1949.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTADÍSTICA - Secretaríá General - America em Cifras, 1967 - Washington,DC, 1969.

LIMA, Lauro de Oliveira - A Escola Secundária Moderna - Rio de Janeiro, 1965.

LIMA, Lauro de Oliveira - Instrução de Ordem ou Educação para Amanhã - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 49(109), jan/maio 1968 - (Reproduzido de Fôlha de São Paulo - São Paulo, 12/2/68).

LOURENÇO FILHO, M.B. - Introdução ao Estudo da Escola Nova - São Paulo, 1948.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Ensino de 1º e 2º Graus (atualização e expansão) - Brasília, 1970.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Diretoria do Ensino Comercial - Convênio celebrado entre a Diretoria do Ensino Comercial e a Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição para Equipamento de Sala-Ambiente, 1970.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Censo Escolar do Brasil, 1964 - CE - 10 - Manual do Recenseador - Rio de Janeiro, V.4, 1967.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Instruções para o Preenchimento do Questionário ES-02 - 1973.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Tomo VI - Desenvolvimento Social - V.1 (I) - Educação e Mão-de-Obra (versão preliminar) - Rio de Janeiro, março 1967.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA - Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Diagnóstico Preliminar - Desenvolvimento Social - Educação (I) - Rio de Janeiro, junho 1966.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA - Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Diagnóstico Preliminar - Desenvolvimento Social - Educação (II) - Rio de Janeiro, setembro 1966.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970 - Área Estratégica IX - Infra-Estrutura Social, Vol. I - Educação e Recursos Humanos - Rio de Janeiro, 1969.

- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - IPEA - IPLAN - Centro Nacional de Recursos Humanos - Documento IPLAN nº 1 - Carta Escolar - V.I - Ensino do 1º Grau - Rio de Janeiro, 1971.
- NEVES, Carlos de Souza - A Escola Média e um melhor Critério de Promoção - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - V. 49(110), abr/jun 1968.
- ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS - Secretaría General - Mejoramiento de las Estadísticas Educativas - Washington, DC, 1967.
- PASQUALE, Carlos - O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação - MEC - INEP - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" - Série I - Estudos e Documentos - V.4 - São Paulo, 1966.
- SILVA, Geraldo Bastos - Introdução à Crítica do Ensino Secundário - MEC - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário - Rio de Janeiro, 1959.
- SCHULTZ, Zenaide Cardoso - Construção e Equipamento de Escolas e o Plano Nacional de Educação - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - XLVI (104) , out/dez, 1966.
- TORFS, Jacques - Matemáticas do Planejamento Educacional - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 48(108), out/dez 1967.
- UNIÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS - Comissão de Construções Escolares - Carta de Construções Escolares - in - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - XLVI (104), out/dez, 1966.
- UNIVERSIDADE DO BRASIL - Faculdade Nacional de Filosofia - Regimento, 1946.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS - Estatutos, 1970.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - Comissão de Planejamento da UFRGS - Anteprojeto de Estatuto, 1967.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis - Ensino Técnico de Nível Médio - Aspectos de sua Programação - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - Rio de Janeiro - 54(120) out/dez 1970.